



EDITAL

CREDENCIAMENTO PÚBLICO Nº 002/2026-FMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 206/2026-FMS

DATA DE ABERTURA - 27/05/2026

O **MUNICÍPIO DE CARIRI DO TOCANTINS/TO**, por intermédio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARIRI DO TOCANTINS/TO**, torna público, aos interessados, que realizará **CHAMAMENTO PÚBLICO**, com vistas ao **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS OFTALMOLÓGICOS PARA REALIZAÇÃO DE CIRURGIAS DE CATARATA E PTERÍGIO, EM REGIME DE MUTIRÃO, VISANDO ATENDER À DEMANDA DOS PACIENTES ASSISTIDOS PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARIRI DO TOCANTINS/TO, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS DESTE EDITAL.**

Tal Credenciamento está autorizado conforme consta nos autos do Processo Administrativo e obedecerá às condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, **subordinando-se à Constituição Federal, à Lei Federal nº 14.133/2021**, às normas aplicáveis ao credenciamento, bem como às demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

PERÍODO DE RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO (ELETRÔNICO)

DATA: dia **27/05/2026**, até o término de sua vigência, que será de **30 (trinta) dias, encerrando dia 25/06/2026**, podendo ser prorrogado conforme interesse público e legislação aplicável.

LOCAL/MEIO: exclusivamente por meio eletrônico, no portal: <https://www.licitanet.com.br/>.

SUORTE/ESCLARECIMENTOS: pelo e-mail: cplcariri2024@gmail.com e/ou telefones **(63) 3383-1110 / 3383-1165** (horário administrativo).

Os interessados poderão apresentar a documentação **a qualquer tempo durante a vigência do credenciamento**, desde que atendidas integralmente as exigências previstas no item 6 deste Edital e no Termo de Referência (ANEXO I).

No período indicado acima, serão realizados os seguintes procedimentos:

1. Recebimento eletrônico da documentação de habilitação;
2. Análise e julgamento da habilitação, por ordem de protocolo/registro no sistema;
3. Divulgação do resultado;
4. Fase recursal;
5. Homologação;
6. Convocação para assinatura do instrumento contratual.
7. Divulgação do contrato e extrato do contrato do prestador de serviço credenciado.

As decisões do Agente de Contratação/Comissão de Contratação serão comunicadas preferencialmente por meio do sistema eletrônico e, quando necessário, por e-mail oficial indicado pelo participante.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Edital o **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS OFTALMOLÓGICOS PARA REALIZAÇÃO DE CIRURGIAS DE CATARATA E PTERÍGIO, EM REGIME DE MUTIRÃO, VISANDO ATENDER À DEMANDA DOS PACIENTES ASSISTIDOS PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARIRI DO TOCANTINS/TO.**

1.2. A execução dos serviços está condicionada ao **credenciamento devidamente homologado** e, posteriormente, à **celebração do Instrumento Contratual**, observado o Termo de Referência (ANEXO I).

2. DO CREDENCIAMENTO

2.1. O procedimento será realizado **exclusivamente em meio eletrônico**, por meio do portal **LICITANET** (<https://www.licitanet.com.br/>), com envio/registro de documentos conforme funcionalidades do sistema, sendo responsabilidade do interessado:

- possuir cadastro ativo na plataforma;
- anexar a documentação exigida nos campos apropriados;
- garantir legibilidade, completude e validade dos documentos enviados;
- acompanhar o andamento, comunicações e publicações dentro do sistema.

2.2. Serão inabilitados os interessados que apresentarem documentação:

- incompleta, ilegível, com rasuras que comprometam a confiabilidade;
- vencida, inválida ou incompatível com o exigido;
- em desacordo com os requisitos de habilitação e qualificação definidos neste Edital e no Termo de Referência.

2.3. O presente Edital tem por finalidade o credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços médicos oftalmológicos para realização de cirurgias de catarata e pterígio, em regime de mutirão, visando formar cadastro de prestadores habilitados para atendimento da demanda dos pacientes assistidos pelo Fundo Municipal de Saúde de Cariri do Tocantins/TO, conforme necessidade da Administração, sem garantia de contratação imediata ou quantitativo mínimo de procedimentos aos credenciados.

2.4. A contratação decorrente deste credenciamento enquadra-se, em regra, como hipótese de **inexigibilidade**, nos termos do **art. 79, inciso I, da Lei nº. 14.133/2021**, quando:

- houver interesse da Administração em credenciar todos os que atendam aos requisitos;
- existir preço previamente definido (tabela/valor referencial) no Termo de Referência;
- não houver viabilidade de competição por seleção clássica, por se tratar de chamamento a todos os aptos, com condições uniformes.

3. DA JUSTIFICATIVA DO MODELO DE CREDENCIAMENTO

3.1. Justifica-se a adoção do procedimento auxiliar de credenciamento previsto no art. 79, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, considerando que a Administração possui interesse em credenciar todos os particulares que preencham os requisitos de habilitação e aceitem executar os serviços pelos valores previamente definidos pela Administração Pública, não havendo competição por preço entre os interessados.

A modelagem mostra-se adequada diante da natureza assistencial dos serviços oftalmológicos especializados, da necessidade de ampliação da capacidade de atendimento da rede pública municipal, da demanda variável de pacientes regulados e da inviabilidade técnica de limitação competitiva entre os prestadores aptos.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar deste procedimento as pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto deste Credenciamento que atenderem a todas as exigências constantes neste Edital e seus Anexos.

4.2. Os participantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de seus documentos.

4.3. É vedado participar do presente Credenciamento as empresas:

- a) Em processo de falência, de fusão, de cisão, de incorporação, de recuperação judicial ou extrajudicial, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- b) Declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, ou punidas com suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação, nos moldes do Art. 14, inciso III da Lei Federal nº. 14.133/2021;
- c) Que pertençam a servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pelo procedimento de credenciamento;
- d) Empresa cujo estatuto ou contrato social não inclua o objeto compatível deste credenciamento;
- e) Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
- f) Estrangeiras que não funcionem no País.

4.4. Os impedimentos acaso existentes deverão ser declarados pela empresa participante. A não observância das vedações contidas neste item é de inteira responsabilidade do participante que, pelo descumprimento, se sujeita à pena de responsabilidades administrativa, civis e penais cabíveis, conforme legislação vigente, com o consequente descredenciamento.

4.5. A participação neste procedimento de credenciamento implica aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

5. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

5.1. A documentação será apresentada **exclusivamente no sistema LICITANET**, anexada em formato digital (PDF preferencialmente), nomeados conforme o seu conteúdo, a fim de facilitar a análise, sendo desaconselhado o envio de documentos não exigidos, de modo a não ocasionar dificuldades, atrasos ou prejuízos na análise da documentação, contendo:

- identificação do interessado;
- indicação clara de que pretende se credenciar;
- anexação dos documentos na sequência lógica do item 6, evitando duplicidades.

5.2. Os documentos enviados devem observar:

- boa resolução e legibilidade;
- arquivos sem senha/bloqueio;
- validade dentro do prazo;
- correspondência do documento ao titular (CPF/CNPJ) cadastrado.

6. DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

6.1. As exigências de habilitação observarão integralmente este Edital e o Termo de Referência, incluindo verificação de impedimentos e sanções (CEIS/CNEP), habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e demais documentos técnicos/profissionais.

6.1.1. O interessado deverá manter documentação atualizada e reapresentá-la quando solicitado pela Administração.

6.1.2. Previamente à habilitação e a celebração do contrato, a Administração procederá à verificação do atendimento às condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que impeçam a contratação, por meio de consulta consolidada da pessoa jurídica junto ao Portal de Certidões do Tribunal de Contas da União – TCU: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>.

6.1.2.1. Caso a Consulta de Situação do interessado indique a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o agente de contratação promoverá as diligências necessárias para apurar a eventual ocorrência de fraude ou tentativa de burla ao procedimento por parte da empresa interessada.

6.1.3. Os documentos necessários ao credenciamento poderão ser apresentados em formato original digital (quando emitidos eletronicamente), ou por qualquer processo de cópia digitalizada, desde que legível e íntegra.

6.1.4. Os documentos que não possuírem prazo de validade expresse deverão ter sido emitidos em até **60 (sessenta) dias antes da data de entrega**, a fim de assegurar que as informações neles contidas reflitam a situação atual da interessada.

6.1.4.1. A critério do Agente de Contratação/Comissão de Contratação, e mediante justificativa, poderá ser aceito documento com data de emissão superior à prevista no item 6.1.4, desde que, por sua natureza, as informações permaneçam válidas e seja possível confirmar sua autenticidade e atualidade por outros meios.

6.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA

6.2.1. Para fins de habilitação jurídica no presente procedimento de credenciamento, os interessados deverão apresentar os documentos abaixo relacionados, conforme a natureza jurídica da pessoa jurídica participante, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

6.2.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

6.2.3 Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja autenticidade poderá ser verificada no portal oficial do Governo Federal.

6.2.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documentos comprobatórios da representação legal e dos administradores da empresa.

6.2.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde estiver localizada a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, considerada como sua sede no território nacional, nos termos da regulamentação aplicável.

6.2.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documentos comprobatórios de seus administradores e representantes legais.

6.2.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência no órgão competente, com averbação no registro da respectiva matriz.

6.2.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, acompanhados da ata de aprovação em assembleia, devidamente arquivados no órgão competente, além da comprovação do registro previsto na legislação específica aplicável às cooperativas.

6.2.9. Os documentos constitutivos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações contratuais posteriores ou da última consolidação contratual, devidamente registradas nos órgãos competentes.

6.2.10. Deverão ser apresentados documentos oficiais de identificação com foto dos sócios, administradores, diretores ou representantes legais da pessoa jurídica, bem como demais documentos que comprovem legitimamente a composição societária e os poderes de representação da empresa.

6.2.11. A pessoa jurídica interessada deverá possuir objeto social compatível com a prestação de serviços objeto deste credenciamento.

6.3. HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

6.3.1. Documento oficial de identificação com foto e Cadastro de Pessoa Física – CPF do profissional responsável pela execução dos serviços, podendo ambos ser substituídos pela Carteira Nacional de Habilitação – CNH, desde que válida.

6.3.1.1. Comprovação do vínculo entre o profissional indicado e a pessoa jurídica interessada mediante apresentação de qualquer dos seguintes documentos: Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS; contrato social da empresa; contrato de prestação de serviços; declaração ou termo de compromisso firmado pelo profissional, assumindo vinculação à execução dos serviços objeto do credenciamento; outro documento juridicamente idôneo capaz de comprovar o vínculo profissional com a empresa.

6.3.2. Diploma de graduação em Medicina, devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação – MEC, ou certidão de conclusão de curso acompanhada do respectivo histórico escolar.

6.3.3. Comprovação de registro profissional ativo junto ao Conselho Regional de Medicina – CRM competente, mediante apresentação da respectiva carteira profissional, certidão ou documento equivalente expedido pelo Conselho.

6.3.4. Certidão de Regularidade ou Quitação Profissional emitida pelo Conselho Regional de Medicina – CRM, dentro do prazo de validade, comprovando a inexistência de pendências impeditivas ao exercício profissional.

6.3.5. Comprovação de especialização na área de Oftalmologia, mediante apresentação de título de especialista reconhecido pelo Conselho Federal de Medicina – CFM, Associação Médica Brasileira – AMB ou entidade competente.

6.3.6. Curriculum Vitae atualizado do profissional responsável pela execução dos serviços, contendo formação acadêmica, experiência profissional, especializações, capacitações e histórico de atuação.

6.3.7. Certidão negativa de antecedentes criminais expedida pela Justiça Estadual ou pela Justiça Federal do domicílio do profissional, considerando a natureza sensível das atividades médicas e assistenciais a serem desempenhadas no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.

6.3.8. Certidão negativa de antecedentes éticos, certidão de regularidade ética ou certidão negativa de processo ético-profissional emitida pelo Conselho Regional de Medicina – CRM competente.

6.3.9. A Administração poderá realizar diligências para verificação da autenticidade, regularidade e validade das informações e documentos apresentados, inclusive mediante consultas aos sistemas oficiais dos Conselhos Profissionais, CNES, Ministério da Saúde e demais órgãos competentes.

6.4. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

6.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, acompanhada do respectivo Quadro de Sócios e Administradores – QSA.

6.4.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, Distrital ou Municipal, relativo à sede da pessoa jurídica interessada.

6.4.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, referente aos tributos federais e à Dívida Ativa da União – DAU, inclusive contribuições sociais e previdenciárias, nos termos da legislação vigente.

6.4.4. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual da sede da pessoa jurídica interessada, relativa aos tributos vinculados ao exercício de sua atividade econômica.

6.4.5. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal da sede da pessoa jurídica interessada, relativa aos tributos mobiliários e demais obrigações fiscais pertinentes ao exercício da atividade.

6.4.6. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, dentro do prazo de validade.

6.4.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, ou certidão positiva com efeitos de negativa, nos termos da legislação vigente.

6.4.9. Caso a pessoa jurídica seja legalmente isenta de inscrição estadual, municipal ou de qualquer outro, deverá comprovar tal condição mediante apresentação de certidão, declaração expedida pelo órgão fazendário competente ou documento equivalente previsto em lei.

6.4.10. A manutenção da regularidade fiscal, social e trabalhista será condição indispensável para permanência no credenciamento, celebração do contrato, emissão de ordem de serviço e realização do pagamento pela Administração Pública.

6.4.11. A Administração poderá realizar consultas eletrônicas junto aos sistemas oficiais competentes para confirmação da autenticidade, validade e regularidade das certidões e documentos apresentados pela pessoa jurídica interessada.

6.5. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

6.5.1. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do prestador de serviços, nos termos do art. 69, inciso II, da Lei nº. 14.133/2021;

6.6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.6.1. Para fins de comprovação da qualificação técnica, a pessoa jurídica interessada deverá demonstrar aptidão para a prestação de serviços médicos oftalmológicos especializados compatíveis com o objeto do presente credenciamento, mediante apresentação de documentação técnica pertinente e atestado(s) de capacidade técnica, na forma deste item.

6.6.2. O(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica deverá(ão) ser fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa já executou satisfatoriamente serviços médicos oftalmológicos especializados compatíveis com o objeto do presente credenciamento.

6.6.3. O(s) atestado(s) ou declaração(ões) apresentado(s) deverá(ão) conter, obrigatoriamente, no mínimo:

- a) identificação da pessoa jurídica emitente;
- b) identificação da empresa executora dos serviços;
- c) descrição detalhada dos serviços efetivamente executados;
- d) manifestação quanto à satisfatória execução dos serviços prestados.

6.6.4. A Administração Pública poderá promover diligências, a qualquer tempo, para verificação da autenticidade e veracidade das informações constantes nos atestados apresentados, podendo solicitar documentos complementares, contratos, notas fiscais, ordens de serviço, relatórios de execução, declarações adicionais ou quaisquer outros elementos que comprovem a efetiva prestação dos serviços declarados.

6.6.6. Constatada falsidade, incompatibilidade, insuficiência técnica ou inexistência da execução dos serviços informados nos documentos apresentados, a empresa interessada estará sujeita ao indeferimento do credenciamento, sem prejuízo das medidas administrativas, civis e penais cabíveis, inclusive comunicação aos órgãos de controle competentes.

6.6.7. A empresa interessada deverá apresentar declaração contendo a relação nominal dos profissionais disponibilizados para execução dos serviços, indicando a respectiva qualificação técnica, especialidade, número de registro no CRM e função a ser desempenhada na execução contratual.

6.6.7.1. A comprovação do vínculo entre os profissionais indicados e a pessoa jurídica interessada poderá ser realizada mediante apresentação de qualquer dos seguintes documentos:

- a) Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;
- b) contrato social da empresa;
- c) contrato de prestação de serviços;
- d) declaração ou termo de compromisso firmado pelo profissional, assumindo vinculação à execução dos serviços objeto do credenciamento;
- e) outro documento juridicamente idôneo capaz de comprovar o vínculo profissional com a empresa.

6.6.8. A Administração poderá solicitar, durante a fase de habilitação ou durante a execução contratual, documentação complementar necessária à comprovação da capacidade técnica, estrutura operacional, disponibilidade de equipe, equipamentos, insumos ou demais condições indispensáveis à adequada execução dos mutirões oftalmológicos previstos neste credenciamento.

6.7. DAS DECLARAÇÕES

6.7.1. Declaração de responsabilidade, por meio da qual a pessoa jurídica interessada assume integral responsabilidade pela autenticidade, veracidade, legitimidade e validade de todas as informações, documentos e declarações apresentados no âmbito do presente procedimento de credenciamento, sujeitando-se às sanções administrativas, civis e penais cabíveis em caso de falsidade ou omissão.

6.7.2. Declaração de pleno conhecimento, concordância e aceitação integral de todas as condições, exigências, critérios, obrigações e disposições constantes no Edital de Credenciamento, Termo de Referência, contrato e demais anexos, comprometendo-se a cumpri-los integralmente durante toda a execução contratual.

6.7.3. Declaração de inexistência de fato impeditivo à habilitação e contratação, afirmando que a empresa não foi declarada inidônea, não se encontra suspensa, impedida de licitar ou contratar com a Administração Pública, nem possui qualquer restrição que inviabilize sua participação no presente credenciamento, especialmente perante o Município de Cariri do Tocantins/TO, comprometendo-se ainda a comunicar imediatamente eventual fato superveniente que altere tal condição.

6.7.4. Declaração de inexistência de vínculo empregatício com o Município de Cariri do Tocantins/TO, reconhecendo que os serviços serão prestados de forma autônoma e independente, sem caracterização de vínculo trabalhista, subordinação jurídica, pessoalidade ou exclusividade entre os profissionais vinculados à credenciada e a Administração Pública, nos termos da legislação vigente.

6.7.5. Declaração expressa de que não realizará qualquer tipo de cobrança, taxa, complemento financeiro ou exigência de pagamento direto ou indireto aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS pelos serviços médicos oftalmológicos prestados no âmbito deste credenciamento, sob qualquer fundamento ou pretexto.

6.7.6. Declaração de ciência, observância e compromisso de cumprimento integral das normas, princípios, diretrizes, protocolos assistenciais e regulamentos aplicáveis ao Sistema Único de Saúde – SUS, bem como das disposições legais, sanitárias, éticas e regulamentares expedidas pelos órgãos competentes e pelo Conselho Federal de Medicina – CFM e Conselho Regional de Medicina – CRM.

6.7.7. Declaração de disponibilidade operacional, técnica e profissional para execução dos serviços objeto do credenciamento, afirmando possuir equipe qualificada, estrutura adequada, disponibilidade de agenda, equipamentos, materiais, insumos e capacidade para atendimento das demandas, cronogramas de mutirão, escalas, regulações e convocações estabelecidas pela Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde de Cariri do Tocantins/TO.

6.7.8. Declaração de cumprimento do disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, comprovando que a empresa não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

7. DA FORMA DE PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. O pagamento será efetuado conforme valores estabelecidos na Planilha (item 3 do Termo de Referência),

7.2. A nota fiscal deverá ser apresentada acompanhada de relatório detalhado dos serviços executados, sendo o pagamento condicionado ao ateste do fiscal do contrato.

7.3. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data do ateste da Nota Fiscal pelo Fiscal do Contrato, desde que atendidas todas as exigências contratuais, administrativas e legais.

7.4. As despesas correrão à conta das dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Saúde, dentre as rubricas abaixo:

02.02.0150.10.302.0025.2114 – COORDENAÇÃO E REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE – MAC. NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA. ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.99.99 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA. FONTE DE RECURSO: 17103210000000 – TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DOS ESTADOS.

7.5. Poderá ser incluída nova dotação orçamentária ou alterada a existente desde que justificadas mediante Termo de Apostilamento.

8. DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO DO CREDENCIAMENTO

8.1. A Agente de Contratação e a Comissão de Contratação, à medida que as documentações forem sendo protocolados, terá um prazo de até 01 (um) dia útil para realizar a análise e julgamento da documentação apresentada pelo interessado, a qual visará ao atendimento das condições estabelecidas nos termos deste Edital e da lei nº 14.133/2021;

8.1.1. A análise dos documentos e a classificação da empresa se dará por ordem de protocolo, desde que os interessados apresentem o Requerimento de Participação no Credenciamento (Anexo III), as declarações, bem como toda a documentação elencada neste Edital;

8.2. Será considerado habilitado o interessado que cumprir todas as exigências editalícias;

8.3. Não será causa de inabilitação a mera irregularidade formal que não afete ao conteúdo, a idoneidade do documento, ou não impeça o seu entendimento;

8.4. Será considerado inabilitado o interessado que deixar de apresentar a documentação solicitada, apresentá-la com vícios/defeitos, contrariar qualquer exigência contida neste Edital, ou cujos documentos estiverem com prazo(s) de validade(s) expirado(s);

8.5. Os interessados cujo credenciamento for indeferido poderá ingressar a qualquer momento com novos documentos, desde que corrigidos os motivos que deram causa a sua inabilitação;

8.6. A decisão que inabilitar o participante será publicada no sistema eletrônico <https://www.licitanet.com.br/>, e no Diário Oficial da Prefeitura Municipal de Cariri do Tocantins/TO.

9. DOS RECURSOS

9.1. Das decisões do Agente de Contratação caberá recurso a ser interposto no prazo de 03 (três) dias úteis contados do resultado do julgamento da habilitação;

9.2. Havendo manifestação e motivação de interposição de recursos ficam os demais participantes desde logo intimados a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr, automaticamente, a partir do término do prazo do recorrente, sendo-lhe assegurada vista imediata dos Autos;

9.3. Os memoriais e contrarrazões dos recursos deverão ser dirigidos ao Agente de Contratação no sistema eletrônico <https://www.licitanet.com.br/> ou pelo e-mail: cplcariri2024@gmail.com;

9.4. Interposto o recurso, o Agente de Contratação poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir à autoridade superior, devidamente informada, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 03 (três) dias úteis, contado do recebimento do recurso;

9.5. Havendo interposição de recurso, e não ocorrendo a reconsideração do Agente de Contratação, este instruirá os autos e os encaminhará à autoridade competente para conhecimento e decisão final;

9.6. Durante o prazo previsto para interposição dos recursos, o Agente de Contratação abrirá vista de todo o processo aos interessados, facultada a extração de cópia, às expensas do solicitante;

9.7. Decorrido o prazo recursal, ou após a decisão dos recursos eventualmente interpostos, será homologada pela Autoridade competente.

10. DO CONTRATO

10.1. A pessoa jurídica credenciada convocada deverá comparecer para celebrar o Contrato de Prestação de Serviços no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação para assinatura do instrumento contratual.

10.2. A contratação ocorrerá conforme a necessidade do Fundo Municipal de Saúde de Cariri do Tocantins/TO, observando a demanda de pacientes, a disponibilidade orçamentária e o cronograma definido pela Secretaria Municipal de Saúde para realização dos mutirões oftalmológicos.

10.3. A não assinatura do Contrato, sem justificativa formal aceita pela Administração, poderá ser entendida como recusa injustificada, ensejando o imediato cancelamento do credenciamento, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis previstas na legislação vigente e neste Edital.

10.4. O Contrato terá vigência até o dia **31 de dezembro de 2026**, podendo ser prorrogado mediante interesse da Administração Pública, desde que observadas a conveniência administrativa, a continuidade do serviço público e os limites legais previstos na Lei Federal nº 14.133/2021;

10.5. O contrato poderá ser extinto a qualquer tempo, observados os motivos previstos no artigo 137 e a forma estabelecida no artigo 138, ambos da Lei Federal nº 14.133/2021, resguardados o contraditório, a ampla defesa e os direitos da Administração Pública.

11. DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

11.1. O Credenciado é o único e exclusivo responsável pela execução de todo o serviço, ao Credenciante é reservado o direito de, sem de qualquer forma restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, por meio do Gestor e Fiscal ora designados;

11.2. A fiscalização será exercida pela servidora pública **Victória Christina Coelho Macedo**, nomeada pela Portaria Municipal nº. 005/2025, e a gestão será exercida pela servidora pública **Leire Laura Modena Martins**, nomeada pelo Decreto Municipal nº. 200/2025, podendo ser substitutas por ato administrativo equivalente.

11.3. No exercício da fiscalização dos serviços, caberá à Credenciante, por meio do Fiscal do contrato:

a) Verificar a regularidade profissional do credenciado, mediante conferência da documentação exigida no edital e no termo contratual, especialmente quanto à habilitação e vinculação à execução dos serviços médicos;

c) Analisar e conferir os relatórios técnicos apresentados, verificando os quantitativos, e o atendimento dos serviços;

d) Atestar a execução dos serviços efetivamente prestados, observando o cumprimento integral das obrigações pactuadas, bem como registrar eventuais não conformidades ou serviços não executados, para fins de glosa;

e) Comunicar formalmente ao credenciado o resultado da fiscalização e da avaliação técnica realizada, inclusive quanto a eventuais ajustes, correções ou complementações necessárias.

11.4. Constatada pela fiscalização a inobservância das determinações administrativas ou a execução irregular dos serviços contratados, a Credenciante poderá conceder prazo razoável para saneamento das inconformidades e, persistindo a irregularidade, determinar a suspensão da execução do serviço, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas no contrato e na legislação vigente.

11.5. O Fiscal do contrato deverá comunicar ao Gestor do contrato, em tempo hábil, o encerramento do período de execução ou da vigência contratual sob sua responsabilidade, com

vistas às providências administrativas necessárias à eventual renovação, prorrogação ou encerramento definitivo, nos termos do Decreto nº. 11.246, de 2022, art. 22, inciso VII.

12. DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO E DO MUNICÍPIO DE CARIRI DO TOCANTINS/TO

12.1. Além das obrigações resultantes da observância da Lei Federal nº. 14.133/2021, as obrigações estão elencadas no Termo de Referência (Anexo I) e no Instrumento Contratual, conforme Minuta de Contrato deste Edital.

13. DO DESCREDENCIAMENTO

13.1. Ao processo de credenciamento aplicar-se-á, no que couber, o disposto na Lei Federal nº. 14.133/2021;

13.2. Ocorrera o credenciamento a pedido do Credenciado, quando comprovar que está impossibilitada de cumprir as exigências contratuais, em decorrência de casos fortuitos ou de força maior ou por meio da Secretaria Municipal de Saúde, quando houver descumprimento contratual;

13.3. O credenciado que desejar se credenciar deverá solicitar mediante aviso escrito a Secretaria Municipal de Saúde, com antecedência mínima de 02 (dois) dias.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 A inobservância, pelo Credenciado, de cláusula ou obrigações constantes do contrato, ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente, autorizará a Administração Pública a aplicar, em cada caso, as seguintes penalidades contratuais:

14.1.1. Comete infração administrativa o prestador de serviço que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº. 14.133, de 2021, quais sejam:

14.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato;

14.1.3. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

14.1.4. dar causa à inexecução total do contrato;

14.1.5. deixar de entregar a documentação exigida;

14.1.6. não manter o contrato, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

14.1.7. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação;

14.1.8. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação direta sem motivo justificado;

14.1.9. apresentar declaração ou documentação falsa exigida ou prestar declaração falsa durante o credenciamento ou a execução do contrato;

14.1.10. fraudar o credenciamento ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

14.1.11. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

14.1.12. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os prestadores de serviço, em qualquer momento do credenciamento.

14.1.13. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste credenciamento.

14.1.14. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.1.15. O prestador de serviço que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;

14.1.16. A aplicação das sanções previstas neste edital de credenciamento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º).

14.1.17. Todas as sanções previstas neste Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

14.1.18. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).

14.1.19. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

14.1.20. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.1.21. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº. 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.1. 22. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

14.1.23. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.1.24. as peculiaridades do caso concreto;

14.1.25. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.1.26. os danos que dela provierem para o Contratante;

14.1.27. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.1.28. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº. 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

14.1.29. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste edital e no Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

14.1.30. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

14.1.31. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº. 14.133, de 2021.

15. DA IMPUGNAÇÃO, DOS ESCLARECIMENTOS E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Até **01 (um) dia útil** antes da data fixada para entrega dos documentos, qualquer pessoa, poderá impugnar este ato convocatório, que deverá ser protocolada no sistema eletrônico <https://www.licitanet.com.br/> ou pelo e-mail: cplcariri2024@gmail.com;

15.2. Caberá ao Agente de Contratação e a Comissão de Contratação julgar e responder à impugnação ou pedido de esclarecimentos em até 24 (vinte e quatro) horas, contadas da sua Protocolização;

15.3. Acolhida a impugnação, que implica em alteração do Edital, será designada nova data para entrega da documentação;

15.4. Somente serão recebidas e conhecidas às impugnações interpostas por escrito e dentro dos respectivos prazos legais. As impugnações deverão ser dirigidas ao Agente de Contratação e/ou Comissão de Contratação;

15.5. As dúvidas na interpretação deste Edital e seus Anexos, consultas ou pedidos de esclarecimentos acerca das informações porventura existentes, deverão ser enviados ao Agente de Contratação e/ou Comissão de Contratação, podendo ser feitos via e-mail: cplcariri2024@gmail.com, de forma expressa, clara, concisa e objetiva, constando no corpo do texto do e-mail a identificação do solicitante que questiona as informações ou solicita esclarecimentos;

15.6. Os interessados em participar do credenciamento obrigam-se a acompanhar as publicações referentes ao processo no site oficial da Prefeitura Municipal de Cariri do Tocantins/TO, <https://cariri.to.gov.br/>;

15.7. A participação neste credenciamento implica em plena aceitação dos termos e condições deste Edital e seus anexos, bem como das normas administrativas vigentes;

15.8. O presente edital terá sua publicação realizada através do Diário Oficial do Município, Diário Oficial do Estado, Diário Oficial da União (Imprensa Nacional), Jornal de Grande Circulação e no site oficial da Prefeitura Municipal de Cariri do Tocantins/TO, <https://cariri.to.gov.br/>;

15.9. É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso, subjetivo ou reservado que possa, ainda que indiretamente, elidir o princípio da igualdade entre os interessados ao credenciamento;

15.10. O Agente de Contratação e a Comissão de Contratação poderá, no interesse do município de Cariri do Tocantins/TO, relevar omissões puramente formais nos documentos exigidos para os credenciamentos apresentados, desde que não comprometam a lisura do processo;

15.11. As multas e outras sanções somente poderão ser relevadas pelo município de Cariri do Tocantins/TO, nos casos de força maior, que deverão ser devidamente comprovados e para os quais não tenha dado causa o credenciado;

15.12. A administração reserva-se no direito de revogar total ou parcialmente o presente credenciamento, tendo em vista o interesse público, ou ainda anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, nos termos do Art. 165 da Lei Federal nº. 14.133/2021, não cabendo aos participantes o direito de indenização.

15.13. Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pelo Agente de Contratação em conjunto com a Comissão de Contratação de acordo com o que reza a lei 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

15.14. Outras informações poderão ser obtidas pelo e-mail: cplcariri2024@gmail.com.

16. DOS ANEXOS DO EDITAL

16.1. São partes integrantes deste Instrumento Convocatório os Anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;

ANEXO II – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR;

ANEXO III – MODELO DE REQUERIMENTO PARA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO;

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE;

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DO EDITAL;
ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO;
ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO;
ANEXO VIII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO COBRANÇA AOS USUÁRIOS DO SUS;
ANEXO IX – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E COMPROMISSO DE CUMPRIMENTO DAS NORMAS DO SUS;
ANEXO X – MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS;
ANEXO XI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR;
ANEXO XII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INDICAÇÃO E ACEITE DE PROFISSIONAL;
ANEXO XIII – MINUTA DO CONTRATO.

Cariri do Tocantins/TO, 19 de maio de 2026.



MARIA AUXILIADORA DA PAIXÃO AIRES

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Cariri do Tocantins/TO
Decreto Municipal nº 081/2026

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Demandante: Fundo Municipal de Saúde de Cariri do Tocantins/TO

Responsável: Maria Auxiliadora da Paixão Aires

Telefone: (63) 99237-8802

1. OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto o **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS OFTALMOLÓGICOS PARA REALIZAÇÃO DE CIRURGIAS DE CATARATA E PTERÍGIO, EM REGIME DE MUTIRÃO, VISANDO ATENDER À DEMANDA DOS PACIENTES ASSISTIDOS PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARIRI DO TOCANTINS/TO.**

1.2. O credenciamento destina-se à complementação da capacidade assistencial da rede municipal de saúde, mediante a contratação de pessoas jurídicas especializadas para execução de consultas oftalmológicas, triagem clínica, exames complementares, avaliação pré-operatória, realização de cirurgias de catarata e pterígio, fornecimento de lentes intraoculares, materiais, medicamentos, insumos, acompanhamento pós-operatório e demais procedimentos correlatos necessários à adequada assistência aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

1.3. Os serviços serão executados em regime de mutirão, com previsão inicial de realização nos dias 01 e 02 de junho de 2026, nas dependências do Hospital Municipal de Cariri do Tocantins/TO, mediante regulação, autorização e encaminhamento realizados pela Secretaria Municipal de Saúde, observadas as necessidades da Administração Pública, a disponibilidade orçamentária e financeira, bem como os critérios técnicos e assistenciais aplicáveis.

1.4. O credenciamento não gera direito subjetivo à contratação imediata, ficando a convocação dos credenciados condicionada à necessidade do serviço, à demanda regulada, à disponibilidade financeira e ao interesse público, observadas as disposições deste Termo de Referência, do Edital e da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante utilização de recursos vinculados à Emenda Parlamentar Estadual nº 010403.01051/2026.

2. JUSTIFICATIVA

A Secretaria Municipal de Saúde de Cariri do Tocantins/TO, enquanto gestora local do Sistema Único de Saúde – SUS, possui a responsabilidade constitucional e legal de garantir acesso universal, integral e igualitário às ações e serviços públicos de saúde, inclusive no que se refere à assistência especializada oftalmológica, nos termos dos arts. 196 a 200 da Constituição Federal e da Lei Federal nº 8.080/1990.

No âmbito da rede municipal de saúde, verificou-se significativo aumento da demanda reprimida por procedimentos oftalmológicos especializados, especialmente cirurgias de catarata e pterígio, ocasionando prolongamento excessivo do tempo de espera, agravamento clínico dos pacientes e comprometimento da qualidade de vida da população usuária do SUS.

A catarata é reconhecida como uma das principais causas de cegueira reversível no mundo, afetando principalmente a população idosa, enquanto o pterígio, sobretudo em estágio avançado, pode ocasionar prejuízos funcionais relevantes à visão, desconforto ocular persistente e limitações às atividades cotidianas dos pacientes.

O Município de Cariri do Tocantins/TO não dispõe atualmente de estrutura própria suficiente para absorver integralmente a demanda existente, especialmente em razão da complexidade técnica dos procedimentos, necessidade de equipe médica especializada, equipamentos específicos, centro cirúrgico adequado e estrutura operacional compatível com a realização de mutirões oftalmológicos especializados.

Tal cenário compromete diretamente os princípios da universalidade, integralidade, eficiência e continuidade da assistência à saúde, podendo ocasionar agravamento clínico dos pacientes, perda progressiva da capacidade visual, aumento da vulnerabilidade social e sobrecarga da rede pública de saúde.

Diante desse contexto, o credenciamento de pessoas jurídicas especializadas apresenta-se como medida administrativa adequada, necessária e juridicamente legítima para ampliação da capacidade assistencial do Município, viabilizando a redução da fila reprimida, ampliação da oferta de procedimentos cirúrgicos, otimização da prestação dos serviços públicos de saúde e atendimento mais célere e resolutivo aos usuários do SUS.

O modelo de credenciamento revela-se plenamente compatível com os princípios da Administração Pública, especialmente legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, transparência e isonomia, por permitir ampla participação de interessados aptos, padronização das condições de contratação e convocação conforme necessidade da Administração.

A Constituição Federal estabelece:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, podendo sua execução ser realizada diretamente ou por meio de terceiros, pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

Art. 199. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada, podendo as instituições privadas participar de forma complementar do SUS, segundo suas diretrizes, mediante contrato de direito público ou convênio.

A Lei Federal nº 8.080/1990 igualmente prevê a possibilidade de participação complementar da iniciativa privada no SUS quando as disponibilidades públicas forem insuficientes para garantir cobertura assistencial à população.

No âmbito da Lei Federal nº 14.133/2021, o presente procedimento fundamenta-se especialmente no art. 79, que admite o credenciamento para hipóteses de contratação paralela e não excludente, quando viável e vantajosa para a Administração Pública.

No caso concreto, verifica-se a impossibilidade prática de adoção de modelo competitivo tradicional com seleção exclusiva de um único contratado, uma vez que a Administração possui interesse direto na contratação do maior número possível de prestadores aptos, ampliando a capacidade operacional e garantindo maior eficiência assistencial.

Além disso, a demanda por procedimentos oftalmológicos possui natureza variável, dinâmica e dependente de fatores clínicos, epidemiológicos, regulatórios e assistenciais, tornando inviável a definição exata e definitiva dos quantitativos efetivamente necessários durante toda execução contratual.

Dessa forma, o credenciamento mostra-se o instrumento mais eficiente, vantajoso e adequado ao interesse público, permitindo flexibilidade administrativa, ampliação da rede assistencial, continuidade dos atendimentos e maior resolutividade das ações de saúde.

3. DA PLANILHA DE SERVIÇOS, QUANTITATIVOS E VALORES

3.1. A planilha abaixo define os serviços credenciáveis, quantitativos estimados e valores de referência para execução dos serviços oftalmológicos especializados objeto deste credenciamento:

ITEM	QTD ESTIMADA	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
01	120	FACOEMULSIFICAÇÃO COM IMPLANTE DE LENTE INTRAOCULAR DOBRÁVEL MONOCULAR	R\$: 2.000,00	R\$: 240.000,00
02	70	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE PTERÍGIO MONOCULAR	R\$: 1.600,00	R\$: 112.000,00
03	192	CONSULTA OFTALMOLÓGICA PRÉ E PÓS OPERATÓRIA	R\$: 250,00	R\$: 48.000,00

TOTAL GERAL	—	—	—	R\$: 400.000,00
--------------------	---	---	---	------------------------

3.2. Os quantitativos constantes na planilha possuem natureza meramente estimativa, tendo sido definidos com base na demanda reprimida identificada pela Secretaria Municipal de Saúde, histórico de encaminhamentos, necessidade assistencial da população usuária do SUS e capacidade orçamentária da Administração Pública.

3.3. Considerando a natureza dinâmica da demanda em saúde pública, especialmente quanto aos procedimentos oftalmológicos especializados, os quantitativos previstos não geram obrigação de contratação integral pela Administração Pública, ficando a efetiva execução condicionada à demanda regulada, à necessidade do serviço, à autorização da Secretaria Municipal de Saúde e à disponibilidade orçamentária e financeira.

3.4. O valor global estimado da contratação corresponde ao montante de **R\$: 400.000,00 (quatrocentos mil reais)**, constituindo parâmetro referencial para fins de planejamento administrativo, previsão orçamentária e formalização do procedimento de credenciamento, sem caracterizar obrigação de execução integral dos quantitativos estimados.

3.5. Os pagamentos serão realizados exclusivamente pelos procedimentos efetivamente executados, devidamente autorizados, regulados, comprovados documentalmente e atestados pela fiscalização competente, observadas as disposições do Edital, deste Termo de Referência e do instrumento contratual.

3.6. Os valores definidos para os procedimentos oftalmológicos foram estabelecidos considerando levantamento mercadológico, compatibilidade regional, complexidade técnica dos serviços, custos operacionais envolvidos, necessidade de garantia da qualidade assistencial e observância aos princípios da economicidade, razoabilidade e vantajosidade administrativa.

4. DAS CONDIÇÕES PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. A execução dos serviços está condicionada ao credenciamento devidamente homologado e à posterior celebração do respectivo instrumento contratual.

4.2. Os serviços serão executados nas dependências do Hospital Municipal de Cariri do Tocantins/TO, atendendo integralmente as exigências sanitárias, assistenciais e regulatórias aplicáveis.

4.3. Os serviços deverão ser executados conforme cronograma previamente definido pela Secretaria Municipal de Saúde, com previsão inicial de realização do mutirão oftalmológico nos dias 01 e 02 de junho de 2026, nas dependências do Hospital Municipal de Cariri do Tocantins/TO, observadas as necessidades administrativas, os fluxos regulatórios do Sistema Único de Saúde – SUS, a disponibilidade operacional da credenciada e eventuais adequações necessárias ao interesse público.

4.4. Todos os serviços deverão ser executados por profissionais devidamente registrados no Conselho Regional de Medicina – CRM, com comprovação de Registro de Qualificação de Especialista – RQE em Oftalmologia, quando aplicável.

4.5. Os atendimentos serão realizados exclusivamente aos usuários do SUS, sendo expressamente vedada qualquer cobrança direta ou indireta aos pacientes.

4.6. A Secretaria Municipal de Saúde coordenará integralmente o fluxo assistencial, triagem, regulação, autorização, encaminhamento e distribuição da demanda entre os credenciados, podendo promover adequações operacionais conforme interesse público.

4.7. O credenciado deverá:

- a) fornecer integralmente materiais, medicamentos, insumos, lentes intraoculares, equipamentos e equipe necessária à execução dos serviços;
- b) garantir preenchimento e atualização dos prontuários médicos;
- c) emitir relatórios individualizados e consolidados de produção;
- d) observar protocolos clínicos, normas sanitárias e diretrizes do SUS;
- e) assegurar sigilo e confidencialidade das informações dos pacientes;
- f) responsabilizar-se integralmente pela qualidade técnica dos serviços executados.

4.8. O pagamento ficará condicionado à comprovação documental da execução dos procedimentos, mediante autorização da regulação municipal, relatório de produção, prontuários, ateste da fiscalização e apresentação da respectiva nota fiscal.

4.9. O credenciado deverá manter disponibilidade permanente para esclarecimentos, auditorias, fiscalizações e fornecimento de informações solicitadas pela Administração Pública.

4.10. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

4.10.1. SERVIÇOS OFTALMOLÓGICOS – CIRURGIAS DE CATARATA

I – Realizar consultas oftalmológicas especializadas, avaliações clínicas e exames necessários à indicação cirúrgica;

II – Executar procedimentos cirúrgicos de catarata com utilização de técnica adequada e observância dos protocolos médicos aplicáveis;

III – Fornecer lentes intraoculares, medicamentos, materiais, insumos e toda estrutura necessária à execução dos procedimentos;

IV – Realizar acompanhamento pós-operatório dos pacientes;

V – Emitir relatórios médicos, prontuários e documentação assistencial pertinente;

VI – Observar integralmente as normas sanitárias, protocolos clínicos, diretrizes do SUS e regulamentações do Conselho Federal de Medicina.

4.10.2. SERVIÇOS OFTALMOLÓGICOS – CIRURGIAS DE PTERÍGIO

I – Realizar consultas, avaliações clínicas e exames necessários ao procedimento;

II – Executar procedimentos cirúrgicos de pterígio conforme protocolos técnicos aplicáveis;

- III – Garantir fornecimento de materiais, medicamentos, insumos e suporte operacional necessário;
- IV – Realizar acompanhamento pós-operatório dos pacientes;
- V – Emitir relatórios assistenciais e registros médicos obrigatórios;
- VI – Cumprir integralmente as normas sanitárias e assistenciais vigentes.

4.10.3. CONSULTAS PRÉ E PÓS OPERATÓRIAS

- I – Compreende a realização de consultas médicas especializadas destinadas à avaliação clínica dos pacientes previamente regulados pela Secretaria Municipal de Saúde para possível indicação cirúrgica oftalmológica;
- II – Incluem-se nos serviços a anamnese, avaliação oftalmológica, análise clínica, solicitação e interpretação de exames, estratificação de risco cirúrgico e definição da aptidão do paciente para realização dos procedimentos;
- III – As consultas pré-operatórias deverão ser realizadas por médico especialista em Oftalmologia, observando protocolos clínicos, critérios técnicos assistenciais e diretrizes do SUS;
- IV – A empresa credenciada deverá emitir laudos, relatórios, prontuários e demais registros clínicos necessários à adequada formalização da avaliação médica realizada;
- V – O serviço compreende ainda orientações ao paciente quanto aos procedimentos cirúrgicos, riscos, cuidados pré-operatórios, recomendações médicas e demais informações necessárias à adequada preparação assistencial.

5. DA FORMA DE PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. O pagamento pelos serviços objeto do presente credenciamento será efetuado conforme os valores estabelecidos na Planilha de Quantitativos e Valores constante no item correspondente deste Termo de Referência, observando-se a efetiva execução dos procedimentos oftalmológicos realizados, mediante autorização da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde e regular ateste do fiscal do contrato.

5.2. Os pagamentos ocorrerão conforme a produção efetivamente executada, compreendendo os procedimentos oftalmológicos relacionados às cirurgias de catarata e pterígio, consultas especializadas, avaliações pré-operatórias, exames, acompanhamentos pós-operatórios e demais serviços correlatos previstos no objeto, desde que devidamente comprovados, autorizados e atestados pela fiscalização competente.

5.3. A Nota Fiscal deverá ser apresentada acompanhada de relatório detalhado dos atendimentos e procedimentos realizados, contendo, no mínimo, identificação dos pacientes atendidos, quantitativos executados, laudos, prontuários, autorizações, registros de produção ambulatorial e demais documentos exigidos pela Secretaria Municipal de Saúde, sendo o pagamento condicionado ao regular ateste do fiscal do contrato e à validação da execução dos serviços.

5.4. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data do ateste da Nota Fiscal pelo Fiscal do Contrato, desde que atendidas todas as exigências contratuais, administrativas, fiscais, trabalhistas e legais pertinentes.

5.5. Os valores contratados incluem todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução dos serviços, abrangendo honorários médicos, equipe técnica, materiais, medicamentos, lentes intraoculares, insumos, equipamentos, estrutura física, despesas operacionais, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, transporte, alimentação, hospedagem e quaisquer outros custos necessários à realização integral dos procedimentos oftalmológicos em regime de mutirão.

5.6. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Cariri do Tocantins/TO, vinculadas às ações de Média e Alta Complexidade – MAC, Atenção Especializada e demais programas correlatos destinados ao custeio de serviços médicos especializados, podendo ser utilizadas, dentre outras, as seguintes classificações orçamentárias:

02.02.0150.10.302.0025.2114 – COORDENAÇÃO E REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE – MAC. NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA. ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.99.99 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA. FONTE DE RECURSO: 17103210000000 – TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DOS ESTADOS.

6. DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO E DO CONTRATO

6.1. O presente credenciamento para prestação de serviços médicos oftalmológicos destinados à realização de cirurgias de catarata e pterígio, em regime de mutirão, terá vigência de 01 (um) mês, contados da publicação do edital/chamamento público, podendo ser prorrogado na forma da legislação vigente, desde que demonstrada a permanência da necessidade pública, a vantajosidade administrativa, a manutenção das condições inicialmente estabelecidas e a disponibilidade orçamentária e financeira do Fundo Municipal de Saúde de Cariri do Tocantins/TO.

6.2. O(s) instrumento(s) contratual(is) decorrente(s) deste credenciamento terá(ão) vigência, até **31/12/2026**, contado da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado(s), nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente quando houver necessidade de continuidade dos atendimentos, manutenção da fila reprimida de pacientes e interesse público devidamente justificado pela Administração.

6.3. A prorrogação contratual ficará condicionada à comprovação da regular execução dos serviços, manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no edital, avaliação satisfatória pela fiscalização contratual, existência de saldo orçamentário e manifestação favorável da autoridade competente.

6.4. Os serviços deverão ser executados em estrita observância às diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS, às normas sanitárias vigentes, aos protocolos clínicos aplicáveis e às determinações da Secretaria Municipal de Saúde, podendo o cronograma dos mutirões ser ajustado conforme a demanda existente e a capacidade operacional da Administração.

6.5. O contrato poderá ser rescindido/extinto a qualquer tempo nas hipóteses previstas nos arts. 137 e 138 da Lei Federal nº 14.133/2021, inclusive em caso de descumprimento contratual, paralisação injustificada dos serviços, perda das condições de habilitação, interesse público superveniente ou inadequação da prestação dos serviços às necessidades da Administração Pública.

6.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando a credenciada/contratada tiver sido penalizada com impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública ou declaração de inidoneidade, observadas as abrangências e efeitos legais da sanção aplicada.

7. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CREDENCIADO

7.1. Executar os serviços médicos oftalmológicos objeto do credenciamento com observância integral às normas técnicas, sanitárias, éticas e profissionais aplicáveis, bem como aos protocolos clínicos do Sistema Único de Saúde – SUS, diretrizes do Ministério da Saúde, normas do Conselho Federal de Medicina – CFM e demais regulamentações pertinentes à realização de cirurgias de catarata e pterígio em regime de mutirão.

7.2. Disponibilizar toda a estrutura necessária à adequada execução dos serviços, incluindo equipe médica especializada, profissionais auxiliares, equipamentos, aparelhos, materiais cirúrgicos, medicamentos, lentes intraoculares, insumos, instrumentos, suporte técnico e demais recursos indispensáveis à realização dos procedimentos oftalmológicos contratados.

7.3. Responsabilizar-se integralmente por todas as despesas decorrentes da execução contratual, inclusive mão de obra, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, tributários, comerciais, transporte, hospedagem, alimentação, deslocamento, materiais, medicamentos, equipamentos, manutenção e quaisquer outros custos necessários ao fiel cumprimento do objeto contratado, sem qualquer ônus adicional para a Administração Pública.

7.4. Realizar consultas especializadas, triagens, avaliações clínicas, exames pré-operatórios, procedimentos cirúrgicos, acompanhamento pós-operatório e demais atendimentos necessários ao tratamento dos pacientes encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde, observando rigorosamente os critérios técnicos e assistenciais aplicáveis.

7.5. Responsabilizar-se civil, administrativa e tecnicamente pelos serviços prestados, bem como por eventuais danos causados à Administração Pública, aos pacientes ou a terceiros, decorrentes de ação, omissão, negligência, imprudência, imperícia, falhas na execução dos procedimentos ou inadequação dos serviços executados.

7.6. Submeter-se à fiscalização, acompanhamento, controle, avaliação e auditoria da Administração Pública, da Secretaria Municipal de Saúde, dos órgãos de controle interno e externo e do Sistema Único de Saúde – SUS, prestando todas as informações, documentos, prontuários, relatórios e esclarecimentos solicitados.

7.7. Manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação, qualificação técnica, regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária e econômico-financeira exigidas no edital e seus anexos, promovendo a imediata atualização de documentos vencidos sempre que solicitado pela Administração.

7.8. Garantir que os profissionais responsáveis pelos atendimentos e procedimentos estejam devidamente registrados no Conselho Regional de Medicina – CRM, possuam habilitação compatível com os serviços executados e apresentem Registro de Qualificação de Especialista – RQE, quando legalmente exigido.

7.9. Não realizar, em hipótese alguma, cobrança direta ou indireta aos usuários do SUS pelos serviços objeto deste credenciamento, sendo vedada a exigência de qualquer valor, taxa, complemento, aquisição obrigatória de materiais ou contrapartida financeira dos pacientes, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, rescisão contratual e descredenciamento.

7.10. Emitir e apresentar relatórios individuais e consolidados de produção, contendo informações detalhadas dos atendimentos, consultas, procedimentos cirúrgicos, avaliações, exames e acompanhamentos realizados, acompanhados da documentação comprobatória pertinente, como condição indispensável para faturamento e pagamento.

7.11. Permitir o acesso da Administração e dos órgãos competentes às instalações, equipamentos, documentos, registros médicos e demais elementos relacionados à execução contratual, observadas as normas de sigilo profissional, ética médica e proteção de dados pessoais.

7.12. Participar de reuniões técnicas, treinamentos, capacitações, alinhamentos operacionais e demais atos convocados pela Secretaria Municipal de Saúde, sempre que relacionados ao objeto do credenciamento e à melhoria da prestação dos serviços.

7.13. Proceder, nos casos de ausência, impedimento, afastamento ou impossibilidade de atuação do profissional inicialmente indicado, à sua imediata substituição, mediante prévia comunicação e autorização da Administração, por outro profissional com qualificação técnica equivalente, regular inscrição no CRM e RQE quando aplicável, assumindo integralmente todos os custos e responsabilidades decorrentes da substituição, sem qualquer ônus adicional para o Município.

7.14. Observar integralmente as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei Federal nº 13.709/2018), assegurando confidencialidade, sigilo e proteção das informações médicas e dados pessoais dos pacientes atendidos no âmbito da execução contratual.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

8.1. Coordenar, organizar e executar o gerenciamento da demanda dos pacientes atendidos pelo Sistema Único de Saúde – SUS, promovendo a regulação, triagem, encaminhamento, agendamento e distribuição dos atendimentos, consultas, avaliações, exames e

procedimentos cirúrgicos oftalmológicos relacionados às cirurgias de catarata e pterígio, conforme critérios técnicos, disponibilidade orçamentária e necessidade da rede pública municipal de saúde.

8.2. Definir, acompanhar e comunicar à credenciada todas as diretrizes operacionais, fluxos assistenciais, cronogramas dos mutirões, quantitativos estimados, locais de atendimento, alterações administrativas e demais orientações necessárias à adequada execução dos serviços contratados.

8.3. Fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços, por meio de servidor formalmente designado, verificando a conformidade dos procedimentos realizados, qualidade da prestação dos serviços, cumprimento das obrigações contratuais e observância das normas técnicas, sanitárias e assistenciais aplicáveis.

8.4. Notificar formalmente a credenciada acerca de irregularidades, falhas, inconformidades ou descumprimentos contratuais eventualmente constatados durante a execução dos serviços, assegurando o contraditório e a possibilidade de correção quando cabível, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na legislação e no instrumento contratual.

8.5. Fornecer as orientações técnicas, administrativas e operacionais necessárias à adequada integração dos serviços credenciados à rede municipal de saúde e aos fluxos regulatórios do Sistema Único de Saúde – SUS.

8.6. Efetuar os pagamentos devidos à credenciada, conforme os valores contratados e a produção efetivamente executada, após apresentação da documentação exigida, comprovação regular da prestação dos serviços e ateste do fiscal do contrato, observados os prazos e condições estabelecidos no edital, contrato e legislação vigente.

8.7. Disponibilizar, quando necessário, informações relacionadas aos pacientes regulados, observadas as disposições legais relativas ao sigilo médico, ética profissional e proteção de dados pessoais, especialmente as normas da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD.

8.8. Promover o controle, avaliação, auditoria e monitoramento dos serviços executados, podendo realizar inspeções, solicitar documentos, relatórios, prontuários e demais informações necessárias à verificação da adequada execução contratual e da regular aplicação dos recursos públicos destinados à saúde.

9. DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1. A fiscalização será exercida por gestor e fiscal designados por ato formal, competindo-lhes acompanhar, conferir relatórios, medir serviços executados, glosar serviços não comprovados e emitir atestes.

9.2. Constatada irregularidade, poderá a Administração determinar correções em prazo razoável e, persistindo, adotar medidas administrativas e contratuais cabíveis.

9.3. O fiscal comunicará ao gestor o término da vigência do contrato sob sua responsabilidade, para adoção tempestiva de providências administrativas pertinentes.

10. DOS ENCARGOS E TRIBUTOS

10.1. Serão de inteira responsabilidade do credenciado os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e quaisquer outros decorrentes da execução, inclusive responsabilidade civil e penal por atos praticados no exercício profissional.

11. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

11.1. As exigências de habilitação para participação no presente credenciamento observarão integralmente as disposições constantes no Edital e na Lei Federal nº 14.133/2021, abrangendo a comprovação de habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica, bem como a verificação de impedimentos legais, sanções administrativas e demais condições necessárias à contratação pública.

11.2. A pessoa jurídica interessada deverá comprovar aptidão para execução dos serviços médicos oftalmológicos objeto deste credenciamento, mediante apresentação de documentação técnica compatível com a realização de consultas especializadas, avaliações clínicas, exames, procedimentos cirúrgicos oftalmológicos, cirurgias de catarata, cirurgias de pterígio e acompanhamento pós-operatório, observadas as exigências estabelecidas no edital e seus anexos.

11.3. Será exigida a comprovação de regular inscrição da pessoa jurídica junto ao Conselho Regional de Medicina – CRM, quando legalmente aplicável, bem como a comprovação de que os profissionais responsáveis técnicos e executores dos serviços encontram-se regularmente inscritos no respectivo Conselho Profissional, com apresentação de Registro de Qualificação de Especialista – RQE nas especialidades pertinentes, quando exigido pela legislação e normas do Conselho Federal de Medicina – CFM.

11.4. A interessada deverá manter toda a documentação de habilitação atualizada durante a vigência do credenciamento e da contratação, obrigando-se a reapresentá-la sempre que solicitado pela Administração Pública, sob pena de suspensão, descredenciamento ou rescisão contratual, conforme o caso.

11.5. Previamente à celebração do contrato, bem como durante toda a execução contratual, a Administração realizará verificação quanto à manutenção das condições de habilitação e inexistência de impedimentos legais para contratar com o Poder Público, especialmente no tocante à aplicação de sanções administrativas que impeçam a contratação.

11.6. Para fins de verificação de impedimentos, serão realizadas consultas junto aos cadastros e sistemas oficiais competentes, incluindo, dentre outros, o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNIA, bem como consulta consolidada da pessoa jurídica junto ao Portal de Certidões do Tribunal de Contas da União – TCU.

11.6.1. Caso a consulta realizada identifique a existência de ocorrências impeditivas diretas ou indiretas, indícios de irregularidade, compartilhamento operacional incompatível, tentativa de burla às sanções administrativas, sucessão empresarial irregular ou qualquer circunstância que possa comprometer a lisura do procedimento, a Administração promoverá as diligências necessárias para apuração dos fatos, podendo solicitar documentos complementares e esclarecimentos da empresa interessada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo da adoção das medidas administrativas cabíveis.

11.7. A ausência de apresentação dos documentos exigidos, a apresentação de documentos falsos, vencidos ou incompatíveis com as exigências editalícias, bem como o não atendimento das diligências promovidas pela Administração, ensejará o indeferimento do credenciamento, sem prejuízo das responsabilidades civis, administrativas e penais cabíveis.

12. PESSOA JURÍDICA:

12.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

12.1.1. Para fins de habilitação jurídica no presente procedimento de credenciamento, os interessados deverão apresentar os documentos abaixo relacionados, conforme a natureza jurídica da pessoa jurídica participante, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

12.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

12.1.3. Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja autenticidade poderá ser verificada no portal oficial do Governo Federal.

12.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documentos comprobatórios da representação legal e dos administradores da empresa.

12.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde estiver localizada a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, considerada como sua sede no território nacional, nos termos da regulamentação aplicável.

12.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documentos comprobatórios de seus administradores e representantes legais.

12.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência no órgão competente, com averbação no registro da respectiva matriz.

12.1.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, acompanhados da ata de aprovação em assembleia, devidamente arquivados no órgão competente, além da comprovação do registro previsto na legislação específica aplicável às cooperativas.

12.1.9. Os documentos constitutivos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações contratuais posteriores ou da respectiva consolidação contratual vigente, devidamente registradas nos órgãos competentes.

12.1.10. Deverão ser apresentados documentos oficiais de identificação com foto dos sócios, administradores, diretores ou representantes legais da pessoa jurídica, bem como demais documentos que comprovem legitimamente a composição societária e os poderes de representação da empresa.

12.2. HABILITAÇÃO (PROFISSIONAL)

12.2.1. Documento oficial de identificação com foto e Cadastro de Pessoa Física – CPF do(s) profissional(is) responsável(is) pela execução dos serviços, podendo ambos ser substituídos pela Carteira Nacional de Habilitação – CNH, desde que válida.

12.2.2. Diploma de graduação em Medicina, devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação – MEC, ou certidão de conclusão de curso acompanhada do respectivo histórico escolar.

12.2.3. Comprovação de registro profissional ativo junto ao Conselho Regional de Medicina – CRM competente, mediante apresentação da respectiva carteira profissional, certidão ou documento equivalente expedido pelo Conselho.

12.2.4. Certidão de Regularidade ou Quitação Profissional emitida pelo Conselho Regional de Medicina – CRM, dentro do prazo de validade, comprovando a inexistência de pendências impeditivas ao exercício profissional.

12.2.5. Comprovação de especialização na área de Oftalmologia, mediante apresentação de título de especialista reconhecido pelo Conselho Federal de Medicina – CFM, Associação Médica Brasileira – AMB ou entidade competente.

12.2.6. Comprovante de cadastramento ou vínculo ativo no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES, quando aplicável, compatível com os serviços oftalmológicos especializados objeto deste credenciamento.

12.2.7. Curriculum Vitae atualizado do(s) profissional(is) responsável(is) pela execução dos serviços, contendo formação acadêmica, experiência profissional, especializações, capacitações e histórico de atuação na área oftalmológica.

12.2.8. Certidão negativa de antecedentes criminais expedida pela Justiça Estadual ou pela Justiça Federal do domicílio do profissional, considerando a natureza sensível das atividades médicas e assistenciais a serem desempenhadas no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.

12.2.9. Certidão negativa de antecedentes éticos, certidão de regularidade ética ou certidão negativa de processo ético-profissional emitida pelo Conselho Regional de Medicina – CRM competente, quando exigida ou disponibilizada pelo respectivo Conselho Profissional.

12.2.10. A Administração poderá realizar diligências para verificação da autenticidade, regularidade e validade das informações e documentos apresentados, inclusive mediante

consultas aos sistemas oficiais dos Conselhos Profissionais, CNES, Ministério da Saúde e demais órgãos competentes.

12.3. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

12.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, acompanhada do respectivo Quadro de Sócios e Administradores – QSA, compatível com o objeto do presente credenciamento.

12.3.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, Distrital ou Municipal, relativo à sede da pessoa jurídica interessada, pertinente ao ramo de atividade compatível com a prestação de serviços médicos oftalmológicos especializados objeto deste credenciamento.

12.3.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, referente aos tributos federais e à Dívida Ativa da União – DAU, inclusive contribuições sociais e previdenciárias, nos termos da legislação vigente.

12.3.4. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual da sede da pessoa jurídica interessada, relativa aos tributos vinculados ao exercício de sua atividade econômica.

12.3.5. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal da sede da pessoa jurídica interessada, relativa aos tributos mobiliários e demais obrigações fiscais pertinentes ao exercício da atividade contratada.

12.3.6. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, dentro do prazo de validade.

12.3.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, ou certidão positiva com efeitos de negativa, nos termos da legislação vigente.

12.3.8. Declaração de cumprimento do disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, comprovando que a empresa não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

12.3.9. Caso a pessoa jurídica seja legalmente isenta de inscrição estadual, municipal ou de qualquer tributo relacionado ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante apresentação de certidão, declaração expedida pelo órgão fazendário competente ou documento equivalente previsto em lei.

12.3.10. A manutenção da regularidade fiscal, social e trabalhista será condição indispensável para permanência no credenciamento, celebração do contrato, emissão de ordens de serviço, faturamento e realização dos pagamentos pela Administração Pública.

12.3.11. A Administração poderá realizar consultas eletrônicas junto aos sistemas oficiais competentes para confirmação da autenticidade, validade e regularidade das certidões e documentos apresentados pela pessoa jurídica interessada.

12.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

12.4.1. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do prestador de serviços, nos termos do art. 69, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

12.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

12.5.1. Para fins de comprovação da qualificação técnica, as pessoas jurídicas interessadas deverão demonstrar aptidão para a prestação de serviços médicos oftalmológicos especializados compatíveis com o objeto do presente credenciamento, mediante apresentação de documentação técnica pertinente e atestado(s) de capacidade técnica, na forma deste item.

12.5.2. O(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica deverá(ão) ser fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa já executou satisfatoriamente serviços compatíveis com a realização de consultas oftalmológicas, exames, avaliações clínicas, procedimentos cirúrgicos oftalmológicos, cirurgias de catarata, cirurgias de pterígio, mutirões cirúrgicos ou demais serviços correlatos à área oftalmológica especializada.

12.5.3. O(s) atestado(s) ou declaração(ões) apresentado(s) deverá(ão) conter, no mínimo:

- a) identificação da pessoa jurídica emitente;
- b) identificação da empresa executora dos serviços;
- c) descrição detalhada dos serviços efetivamente executados;
- d) quantitativos, volume de atendimentos ou procedimentos compatíveis com o objeto do credenciamento;
- e) período de execução dos serviços;
- f) manifestação quanto à satisfatória execução dos serviços prestados.

12.5.4. Quando o atestado for emitido por órgão ou entidade da Administração Pública, será admitida assinatura digital ou eletrônica, desde que constem informações que possibilitem a verificação de autenticidade do documento, inclusive telefone, endereço eletrônico institucional ou código de validação.

12.5.5. A Administração Pública poderá promover diligências, a qualquer tempo, para verificação da autenticidade e veracidade das informações constantes nos atestados apresentados, podendo solicitar documentos complementares, contratos, notas fiscais, ordens de serviço, relatórios de execução, prontuários, declarações adicionais ou quaisquer outros elementos que comprovem a efetiva prestação dos serviços declarados.

12.5.6. Constatada falsidade, incompatibilidade, insuficiência técnica ou inexistência da execução dos serviços informados nos documentos apresentados, a empresa interessada estará sujeita ao indeferimento do credenciamento, sem prejuízo das medidas administrativas, civis e penais cabíveis, inclusive comunicação aos órgãos de controle competentes.

12.5.7. A empresa interessada deverá apresentar declaração contendo a relação nominal dos profissionais disponibilizados para execução dos serviços, indicando a respectiva qualificação técnica, especialidade, número de registro no CRM e função a ser desempenhada na execução contratual.

12.5.7.1. A comprovação do vínculo entre os profissionais indicados e a pessoa jurídica interessada poderá ser realizada mediante apresentação de qualquer dos seguintes documentos:

- a) Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;
- b) contrato social da empresa;
- c) contrato de prestação de serviços;

d) declaração ou termo de compromisso firmado pelo profissional, assumindo vinculação à execução dos serviços objeto do credenciamento;

e) outro documento juridicamente idôneo capaz de comprovar o vínculo profissional com a empresa.

12.5.8. A Administração poderá solicitar, durante a fase de habilitação ou durante a execução contratual, documentação complementar necessária à comprovação da capacidade técnica, disponibilidade de equipe, equipamentos, insumos ou demais condições indispensáveis à adequada execução dos mutirões oftalmológicos previstos neste credenciamento.

12.6. DAS DECLARAÇÕES

12.6.1. Declaração de responsabilidade, por meio da qual a pessoa jurídica interessada assume integral responsabilidade pela autenticidade, veracidade, legitimidade e validade de todas as informações, documentos e declarações apresentados no âmbito do presente procedimento de credenciamento, sujeitando-se às sanções administrativas, civis e penais cabíveis em caso de falsidade ou omissão.

12.6.2. Declaração de pleno conhecimento, concordância e aceitação integral de todas as condições, exigências, critérios, obrigações e disposições constantes no Edital de Credenciamento, Termo de Referência, contrato e demais anexos, comprometendo-se a cumpri-los integralmente durante toda a execução contratual.

12.6.3. Declaração de inexistência de fato impeditivo à habilitação e contratação, afirmando que a empresa não foi declarada inidônea, não se encontra suspensa, impedida de licitar ou contratar com a Administração Pública, nem possui qualquer restrição que inviabilize sua participação no presente credenciamento, especialmente perante o Município de Cariri do Tocantins/TO, comprometendo-se ainda a comunicar imediatamente eventual fato superveniente que altere tal condição.

12.6.4. Declaração de inexistência de vínculo empregatício com o Município de Cariri do Tocantins/TO, reconhecendo que os serviços serão prestados de forma autônoma e independente, sem caracterização de vínculo trabalhista, subordinação jurídica, pessoalidade ou exclusividade entre os profissionais vinculados à credenciada e a Administração Pública, nos termos da legislação vigente.

12.6.5. Declaração expressa de que não realizará qualquer tipo de cobrança, taxa, complemento financeiro ou exigência de pagamento direto ou indireto aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS pelos serviços médicos oftalmológicos prestados no âmbito deste credenciamento, sob qualquer fundamento ou pretexto.

12.6.6. Declaração de ciência, observância e compromisso de cumprimento integral das normas, princípios, diretrizes, protocolos assistenciais e regulamentos aplicáveis ao Sistema Único de Saúde – SUS, bem como das disposições legais, sanitárias, éticas e regulamentares expedidas pelos órgãos competentes e pelo Conselho Federal de Medicina – CFM e Conselho Regional de Medicina – CRM.

12.6.7. Declaração de disponibilidade operacional, técnica e profissional para execução dos serviços objeto do credenciamento, afirmando possuir equipe qualificada, estrutura adequada, disponibilidade de agenda, equipamentos, materiais, insumos e capacidade para atendimento das demandas, cronogramas de mutirão, escalas, regulações e convocações estabelecidas pela Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde de Cariri do Tocantins/TO.

12.6.8. Declaração de compromisso com a confidencialidade, proteção e sigilo das informações médicas e dados pessoais dos pacientes atendidos, comprometendo-se a observar integralmente as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei Federal nº 13.709/2018), bem como os deveres éticos inerentes à atividade médica e assistencial.

12.7. DA INABILITAÇÃO

12.7.1. A ausência de documentos poderá ser objeto de diligência para saneamento, quando se tratar de falha formal, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021, sendo a inabilitação aplicada apenas quando não sanada a irregularidade.

13. CRITÉRIO PARA ORDEM DE CONTRATAÇÃO DOS CREDENCIADOS

13.1. A convocação e contratação das pessoas jurídicas credenciadas observarão, preferencialmente, a ordem cronológica de credenciamento, considerando a data e horário do protocolo da documentação regularmente apresentada e aprovada, respeitadas a natureza dos serviços, a necessidade administrativa, a disponibilidade operacional da credenciada, a capacidade técnica instalada, o cronograma dos mutirões oftalmológicos e os critérios de regulação definidos pela Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde.

13.2. A pessoa jurídica convocada deverá manifestar-se quanto ao interesse e disponibilidade para execução dos serviços no prazo estabelecido pela Administração, podendo a Secretaria Municipal de Saúde convocar os demais credenciados subsequentes em caso de recusa, impossibilidade de atendimento, ausência de manifestação ou descumprimento das condições estabelecidas.

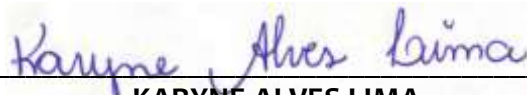
13.3. O presente credenciamento possui natureza de prestação de serviços especializados, inexistindo qualquer vínculo empregatício entre os profissionais vinculados à credenciada e o Município de Cariri do Tocantins/TO, não se configurando relação de subordinação jurídica, pessoalidade ou exclusividade, nos termos da legislação vigente e das disposições constantes no edital e instrumento contratual.

14. DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, observadas as disposições da **Lei nº 14.133/2021**, demais normas federais aplicáveis à matéria, especialmente a legislação do Sistema Único de Saúde – SUS, e, **subsidiariamente**, pelos princípios gerais do Direito Administrativo e do Direito Público, bem como pelas cláusulas constantes deste Termo de Referência e do respectivo Edital de Credenciamento.

Cariri do Tocantins/TO, 19 de maio de 2026.

Responsável pela Elaboração e Revisão do Termo de Referência



KARYNE ALVES LIMA

Secretária Ad. de Planejamento em Saúde
Decreto nº 352/2025

Aprovo o presente Termo de Referência,



MARIA AUXILIADORA DA PAIXÃO AIRES

Gestora do Fundo Municipal de Saúde
Decreto nº 081/2026

ANEXO II

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Demandante: Fundo Municipal de Saúde de Cariri do Tocantins/TO

Responsável: Maria Auxiliadora da Paixão Aires

Telefone: (63) 99237-8802

Objeto do estudo: Credenciamento de Pessoas Jurídicas especializadas na prestação de serviços médicos oftalmológicos para realização de cirurgias de catarata e pterígio, em regime de mutirão, visando atender à demanda dos pacientes assistidos pelo Fundo Municipal de Saúde de Cariri do Tocantins/TO.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (ART. 18, §1º, I, DA LEI Nº 14.133/2021)

1.1. A necessidade administrativa consiste em garantir atendimento especializado aos pacientes assistidos pelo Fundo Municipal de Saúde de Cariri do Tocantins/TO que necessitam de procedimentos cirúrgicos oftalmológicos de catarata e pterígio, em regime de mutirão, como forma de reduzir filas reprimidas, ampliar o acesso a serviços especializados e assegurar maior resolutividade à rede municipal de saúde.

A presente contratação encontra-se vinculada ao Plano de Trabalho referente à Emenda Parlamentar Estadual nº 010403.01051/2026, destinada ao custeio de consultas, exames preparatórios e realização de cirurgias oftalmológicas, incluindo exames laboratoriais e de imagem, visando fortalecer a assistência especializada em saúde ocular no âmbito do Município de Cariri do Tocantins/TO e ampliar a capacidade de atendimento da rede pública municipal de saúde.

A catarata e o pterígio representam enfermidades oftalmológicas de elevada ocorrência na população, especialmente em pessoas idosas, trabalhadores expostos ao sol e usuários com histórico de baixa assistência especializada. Quando não tratadas adequadamente, essas condições podem gerar limitações funcionais, prejuízos à visão, dificuldade para atividades cotidianas, redução da autonomia, perda da capacidade laborativa, agravamento das condições clínicas e maior dependência de acompanhamento familiar e assistencial.

O Município, por meio do Fundo Municipal de Saúde, possui responsabilidade no planejamento, organização e execução de ações voltadas à atenção integral à saúde dos usuários, devendo adotar medidas administrativas capazes de garantir acesso tempestivo a serviços especializados, sobretudo quando a estrutura própria municipal não dispõe de capacidade técnica, operacional, tecnológica ou profissional suficiente para realizar, diretamente, tais procedimentos cirúrgicos especializados.

Nesse contexto, o regime de mutirão mostra-se adequado à natureza da demanda, pois permite concentrar atendimentos em períodos previamente organizados, otimizar equipes, equipamentos, estrutura cirúrgica e logística de regulação, além de proporcionar maior eficiência na redução da fila de pacientes previamente avaliados e encaminhados pela rede municipal de saúde.

O mutirão oftalmológico objeto da presente contratação possui execução previamente planejada para ocorrer nos dias 01 e 02 de junho de 2026, nas dependências do Hospital Municipal de Cariri do Tocantins/TO, mediante organização prévia da rede municipal de saúde, triagem e regulação dos pacientes, mobilização das equipes técnicas necessárias e disponibilização da estrutura assistencial indispensável à adequada realização dos procedimentos cirúrgicos e atendimentos correlatos.

A execução dos serviços também visa atender demandas reguladas de pacientes do Município de Cariri do Tocantins/TO e de cidades circunvizinhas eventualmente referenciadas para atendimento especializado, observadas as diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS, a capacidade operacional do mutirão e os fluxos assistenciais regionais, contribuindo diretamente para ampliação do acesso da população aos serviços especializados de saúde ocular.

Além disso, a realização do mutirão oftalmológico possui relevante impacto social, assistencial e preventivo, especialmente diante da elevada demanda reprimida por procedimentos oftalmológicos especializados, contribuindo para prevenção da cegueira evitável, recuperação da capacidade visual dos pacientes, melhoria da qualidade de vida da população usuária do SUS, fortalecimento da atenção especializada e redução dos impactos sociais decorrentes da limitação visual não tratada.

2. DEMONSTRAÇÃO DO ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO (ART. 18, §1º, II, DA LEI Nº 14.133/2021)

2.1. O Plano de Contratações Anual — PCA do Município de Cariri do Tocantins/TO encontra-se em fase de estruturação e consolidação, não estando ainda formalmente instituído como instrumento consolidado de planejamento. Todavia, a ausência momentânea de consolidação formal do PCA não compromete o alinhamento da presente contratação com o planejamento administrativo, assistencial e orçamentário do ente municipal, especialmente por se tratar de demanda vinculada à execução de serviços públicos de saúde, de natureza essencial, continuada e diretamente relacionada à ampliação do acesso dos usuários do Sistema Único de Saúde a procedimentos especializados.

Trata-se, portanto, de medida vinculada ao planejamento setorial da saúde municipal, voltada à redução de demanda reprimida, à ampliação da capacidade assistencial e à garantia de atendimento especializado a pacientes previamente identificados ou encaminhados pela rede pública municipal de saúde.

A execução dos serviços oftalmológicos em regime de mutirão não constitui contratação aleatória, isolada ou dissociada das atribuições finalísticas da Administração. Ao contrário, insere-se no dever permanente do Município de organizar ações e serviços de saúde capazes de assegurar atendimento integral, resolutivo e tempestivo à população, especialmente quando a estrutura própria municipal não dispõe de capacidade técnica, profissional ou operacional suficiente para realizar diretamente procedimentos cirúrgicos especializados, como catarata e pterígio.

A contratação encontra compatibilidade com as leis orçamentárias vigentes, notadamente o Plano Plurianual — PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias — LDO e a Lei Orçamentária Anual — LOA, que contemplam ações destinadas à manutenção, fortalecimento e ampliação dos serviços públicos de saúde, inclusive no âmbito da assistência especializada, apoio diagnóstico, procedimentos ambulatoriais e demais ações vinculadas ao Fundo Municipal de Saúde.

As dotações orçamentárias vinculadas às ações e serviços públicos de saúde permitem o custeio de despesas relacionadas à assistência especializada e à realização de procedimentos médicos necessários ao atendimento dos usuários da rede municipal, demonstrando que o credenciamento pretendido está compatível com o planejamento financeiro do Município e com a programação anual de gastos do Fundo Municipal de Saúde.

Ressalte-se que a realização de cirurgias oftalmológicas de catarata e pterígio, em regime de mutirão, possui nítido caráter de interesse público, pois visa reduzir filas, minimizar agravamentos clínicos, melhorar a qualidade de vida dos pacientes e promover maior resolutividade da rede municipal de saúde. Assim, ainda que o PCA esteja em fase de consolidação, a contratação encontra-se alinhada às diretrizes assistenciais da Secretaria Municipal de Saúde, à programação orçamentária vigente e à necessidade concreta de atendimento da população usuária do SUS.

Sob a ótica do controle externo, a presente contratação demonstra coerência entre necessidade assistencial, finalidade pública, previsão orçamentária e escolha do modelo de credenciamento, afastando a caracterização de improvisação administrativa. O procedimento busca organizar, de forma planejada, transparente e isonômica, a formação de rede de prestadores aptos à realização dos procedimentos, observando a demanda efetiva dos pacientes e a disponibilidade financeira do Fundo Municipal de Saúde.

Dessa forma, conclui-se que a demanda se encontra devidamente alinhada ao planejamento da Administração Municipal, tanto sob o aspecto orçamentário quanto sob o aspecto da política pública de saúde, atendendo ao disposto no art. 18, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 18, §1º, III, da Lei nº 14.133/2021)

3.1. A presente contratação possui natureza técnica especializada, envolvendo a prestação de serviços médicos oftalmológicos para realização de cirurgias de catarata e pterígio, em regime de mutirão, razão pela qual os requisitos da contratação devem observar critérios técnicos, sanitários, operacionais e assistenciais compatíveis com a complexidade dos serviços a serem executados.

Os requisitos estabelecidos possuem como finalidade assegurar que as pessoas jurídicas credenciadas disponham de capacidade técnica, estrutura operacional e regularidade legal suficientes para garantir a adequada execução dos procedimentos, observando os princípios da eficiência, segurança do paciente, continuidade do serviço público e interesse público.

Dessa forma, constituem requisitos essenciais da contratação:

3.2. Requisitos Jurídicos e de Regularidade Fiscal:

- 1) Possuir constituição jurídica regular e compatível com o objeto da contratação;
- 2) Estar regularmente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica — CNPJ;
- 3) Possuir objeto social compatível com a prestação de serviços médicos oftalmológicos;
- 4) Comprovar regularidade fiscal perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal;
- 5) Comprovar regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS;
- 6) Comprovar regularidade trabalhista, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas — CNDT;
- 7) Atender às exigências previstas nos arts. 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133/2021, no que couber ao procedimento de credenciamento.

3.3. Requisitos de Qualificação Técnica:

- 1) Comprovar aptidão técnica para prestação de serviços médicos oftalmológicos compatíveis com o objeto do credenciamento;
- 2) Demonstrar experiência na realização de procedimentos cirúrgicos oftalmológicos, especialmente cirurgias de catarata e pterígio;
- 3) Possuir responsável técnico médico regularmente inscrito no Conselho Regional de Medicina — CRM;
- 4) Disponibilizar profissionais médicos oftalmologistas legalmente habilitados para execução dos procedimentos;
- 5) Comprovar regularidade profissional dos integrantes da equipe técnica junto aos respectivos conselhos profissionais;
- 6) Demonstrar capacidade operacional compatível com a demanda estimada pelo Fundo Municipal de Saúde.

3.4. Requisitos de Estrutura Física e Operacional:

- 1) Disponibilizar equipamentos, materiais, instrumentais e insumos necessários à execução segura dos procedimentos;
- 2) Possuir condições adequadas para realização de atendimento pré-operatório, procedimento cirúrgico e acompanhamento pós-operatório imediato;
- 3) Garantir condições adequadas de esterilização, biossegurança, controle de infecção e segurança assistencial;
- 4) Possuir capacidade logística e operacional para atendimento em regime de mutirão.

3.5. Requisitos Sanitários e Regulatórios:

- 1) Possuir licença ou alvará sanitário vigente expedido pelo órgão competente;
- 2) Atender às normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária — ANVISA aplicáveis aos serviços de saúde;
- 3) Observar os protocolos clínicos e diretrizes técnicas aplicáveis aos procedimentos oftalmológicos;
- 4) Cumprir as normas do Conselho Federal de Medicina — CFM e Conselho Regional de Medicina — CRM;
- 5) Manter regularidade perante os órgãos de fiscalização e controle sanitário;
- 6) Possuir cadastro ativo e regular no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde — CNES, compatível com os serviços objeto do credenciamento.

3.6. Requisitos Assistenciais e de Segurança do Paciente:

- 1) Garantir atendimento humanizado e compatível com os princípios do SUS;
- 2) Observar rigorosamente os protocolos de segurança do paciente;
- 3) Manter prontuários, registros clínicos e documentos assistenciais devidamente organizados;
- 4) Realizar os procedimentos mediante emissão de documentos médicos compatíveis com os serviços executados;
- 5) Garantir rastreabilidade dos atendimentos realizados;
- 6) Assegurar sigilo das informações e dados sensíveis dos pacientes, nos termos da legislação aplicável;
- 7) Garantir atendimento pós-operatório compatível com os procedimentos realizados, incluindo avaliação médica, acompanhamento clínico, orientações pós-cirúrgicas e atendimento de eventuais intercorrências relacionadas aos procedimentos executados, observando os protocolos técnicos e assistenciais aplicáveis à especialidade oftalmológica.

3.7. Requisitos de Execução dos Serviços:

- 1) Executar os serviços exclusivamente mediante encaminhamento formal da Secretaria Municipal de Saúde;
- 2) Observar os fluxos administrativos, assistenciais e regulatórios definidos pelo Município;
- 3) Atender os pacientes conforme cronograma, agenda e organização dos mutirões definidos pela Administração;
- 4) Permitir fiscalização integral da execução contratual pelo Fundo Municipal de Saúde;
- 5) Apresentar relatórios, documentos comprobatórios e demais informações necessárias ao acompanhamento da execução dos serviços;
- 6) Submeter-se às regras de controle, auditoria, regulação e avaliação definidas pela Administração Municipal.

3.8. Requisitos Relacionados ao Modelo de Credenciamento:

- 1) Aceitar integralmente os valores, critérios e condições previamente definidos no edital de credenciamento;
- 2) Submeter-se às regras padronizadas de contratação, execução, fiscalização e remuneração;
- 3) Reconhecer que o credenciamento não gera garantia de demanda mínima ou obrigação de contratação integral pela Administração;
- 4) Observar os critérios objetivos de convocação e distribuição da demanda estabelecidos pelo Município;
- 5) Manter, durante toda a vigência do credenciamento, as condições de habilitação, regularidade e qualificação exigidas no edital.

Os requisitos acima estabelecidos mostram-se indispensáveis para assegurar que a futura contratação atenda ao interesse público, garantindo que os serviços oftalmológicos sejam executados com qualidade, segurança, regularidade e observância às normas técnicas e legais aplicáveis, em conformidade com os princípios previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (ART. 18, §1º, IV, DA LEI Nº 14.133/2021)

4.1. A estimativa dos quantitativos da presente contratação foi elaborada com base em levantamento técnico realizado pela Secretaria Municipal de Saúde de Cariri do Tocantins/TO, considerando a demanda reprimida identificada no âmbito da assistência oftalmológica especializada, os registros da regulação municipal, os encaminhamentos emitidos pela rede pública de saúde, os pacientes em acompanhamento clínico com indicação cirúrgica, bem como os dados administrativos relacionados aos atendimentos oftalmológicos anteriormente realizados pelo Município.

A estimativa também considerou as ações previstas no Plano de Trabalho vinculado à Emenda Parlamentar Estadual nº 010403.01051/2026, destinada ao custeio de consultas, exames preparatórios e realização de procedimentos oftalmológicos especializados, observando a necessidade de fortalecimento da assistência especializada em saúde ocular e ampliação da capacidade de atendimento da rede municipal de saúde.

4.2. A metodologia adotada observou critérios técnicos compatíveis com a realidade assistencial da rede municipal de saúde, considerando, especialmente, a quantidade de pacientes previamente triados e regulados, os relatórios administrativos da Secretaria Municipal de Saúde, os registros de encaminhamento emitidos pela Atenção Primária à Saúde — APS, a necessidade de ampliação da capacidade de atendimento especializado e a previsão de execução dos procedimentos em regime de mutirão, mediante utilização de recursos vinculados ao custeio das ações oftalmológicas especializadas.

A definição dos quantitativos também levou em consideração a programação administrativa do mutirão oftalmológico previsto para ocorrer nos dias 01 e 02 de junho de 2026, nas dependências do Hospital Municipal de Cariri do Tocantins/TO, contemplando a capacidade operacional estimada para atendimento dos pacientes previamente regulados e aptos à realização dos procedimentos cirúrgicos especializados.

4.3. Os quantitativos estimados foram definidos com base em memória de cálculo constante dos autos administrativos, acompanhada de relatórios técnicos emitidos pelos setores responsáveis pela regulação, triagem, acompanhamento clínico e encaminhamento dos pacientes, preservando-se os dados pessoais e sensíveis dos usuários do SUS, nos termos da legislação aplicável, especialmente da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais — LGPD.

A estimativa considerou, ainda, a possibilidade de atendimento de pacientes do Município de Cariri do Tocantins/TO e de cidades circunvizinhas eventualmente referenciadas para atendimento especializado oftalmológico, observados os fluxos assistenciais do Sistema Único de Saúde — SUS, a capacidade operacional do mutirão e a disponibilidade orçamentária vinculada ao custeio das ações.

4.4. Ressalte-se que, em razão da natureza do credenciamento e da dinâmica dos serviços de saúde, os quantitativos possuem caráter meramente estimativo, não gerando obrigação de contratação integral pela Administração Pública, uma vez que a execução efetiva dependerá

da demanda real identificada durante a vigência do credenciamento, da disponibilidade orçamentária e financeira dos recursos vinculados ao custeio das ações oftalmológicas, da aptidão clínica dos pacientes, da capacidade operacional das credenciadas e da efetiva necessidade administrativa identificada pela Secretaria Municipal de Saúde.

4.5. A presente estimativa contempla não apenas os procedimentos cirúrgicos principais, mas também os atendimentos complementares indispensáveis à adequada execução dos serviços oftalmológicos, incluindo consultas pré-operatórias, avaliações oftalmológicas, exames, procedimentos auxiliares, acompanhamento clínico, avaliações pós-operatórias e demais procedimentos correlatos necessários à adequada assistência integral aos pacientes assistidos.

Dessa forma, os quantitativos estimados para a contratação correspondem a:

ITEM	QTD	DESCRIÇÃO
01	120	FACOEMULSIFICAÇÃO COM IMPLANTE DE LENTE INTRAOCULAR DOBRÁVEL MONOCULAR
02	70	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE PTERÍGIO MONOCULAR
03	192	CONSULTA OFTALMOLÓGICA PRÉ E PÓS OPERATÓRIA

4.6. A quantidade estimada de consultas pré-operatórias corresponde à necessidade de avaliação clínica especializada, realização de exames, triagem oftalmológica, confirmação diagnóstica e verificação da aptidão cirúrgica dos pacientes encaminhados para os procedimentos oftalmológicos, observando os protocolos médicos aplicáveis à especialidade, os critérios clínicos de segurança do paciente e as diretrizes assistenciais do SUS.

4.7. A previsão de consultas oftalmológicas complementares e procedimentos auxiliares decorre da necessidade de garantir atendimento integral aos pacientes assistidos, considerando possíveis demandas correlatas, intercorrências clínicas, avaliações de acompanhamento, revisões pós-operatórias e demais procedimentos complementares relacionados à adequada continuidade da assistência oftalmológica especializada.

4.8. Os quantitativos estimados foram definidos de maneira compatível com a realidade administrativa, assistencial, operacional e orçamentária do Município, observando os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, eficiência, planejamento, economicidade e continuidade do serviço público, sem extrapolar a capacidade operacional do Fundo Municipal de Saúde nem restringir indevidamente a participação de potenciais credenciados aptos à execução dos serviços especializados.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO E ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS (ART. 18, §1º, V, DA LEI Nº 14.133/2021)

5.1. O presente levantamento de mercado foi realizado com a finalidade de identificar as soluções disponíveis para atendimento da demanda do Fundo Municipal de Saúde de Cariri do Tocantins/TO relacionada à realização de cirurgias oftalmológicas de catarata e pterígio, em regime de mutirão, buscando verificar a alternativa mais adequada sob os aspectos técnico,

operacional, assistencial, financeiro e jurídico, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade, planejamento e interesse público previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

A necessidade administrativa decorre da existência de demanda reprimida por procedimentos oftalmológicos especializados no âmbito da rede pública municipal de saúde, especialmente em razão da limitação estrutural do Município para execução direta de cirurgias oftalmológicas de média complexidade, exigindo a adoção de solução complementar apta a garantir atendimento especializado aos pacientes assistidos pelo Fundo Municipal de Saúde.

Registra-se, ainda, que a presente contratação se encontra vinculada à execução de recursos oriundos da Emenda Parlamentar Estadual nº 010403.01051/2026, destinada ao custeio das ações e procedimentos oftalmológicos objetos do presente credenciamento, circunstância que reforça a necessidade de observância rigorosa aos princípios da eficiência, economicidade, rastreabilidade da execução, transparência, planejamento e adequada aplicação dos recursos públicos vinculados.

Para subsidiar a definição da solução administrativa mais adequada, foram analisadas contratações similares realizadas por outros entes públicos, consultas a procedimentos de credenciamento na área da saúde, pesquisa em portais oficiais de transparência, PNCP, SICAP/LCO e demais bases públicas disponíveis, bem como verificada a existência de pessoas jurídicas atuantes no segmento de oftalmologia especializada com capacidade técnica e operacional compatível com o objeto pretendido.

Também foram considerados, durante a fase de planejamento, os aspectos relacionados à logística de execução do mutirão oftalmológico previsto para ocorrer nos dias 01 e 02 de junho de 2026, nas dependências do Hospital Municipal de Cariri do Tocantins/TO, incluindo disponibilidade de estrutura física, capacidade operacional das empresas especializadas, necessidade de equipamentos específicos, equipe médica especializada, insumos cirúrgicos, exames preparatórios, acompanhamento pós-operatório e fluxo de regulação dos pacientes encaminhados pela rede pública municipal de saúde.

Durante a fase de planejamento, foram analisadas as seguintes alternativas administrativas e operacionais:

a) Execução direta pelo Município:

A possibilidade de execução direta dos serviços pelo próprio Município mostrou-se tecnicamente inviável e operacionalmente insuficiente, considerando que o Fundo Municipal de Saúde de Cariri do Tocantins/TO não dispõe, atualmente, de estrutura hospitalar oftalmológica especializada permanente, centro cirúrgico oftalmológico próprio devidamente equipado, equipamentos específicos de alta complexidade, equipe médica especializada permanente e capacidade operacional suficiente para realização das cirurgias oftalmológicas em regime de mutirão em volume compatível com a demanda reprimida existente.

Além disso, a implantação de estrutura própria demandaria elevado investimento público em equipamentos especializados, adequações sanitárias, contratação de profissionais, aquisição de insumos, implementação de protocolos assistenciais específicos e organização de unidade cirúrgica compatível com as exigências técnicas da especialidade oftalmológica, medida incompatível com a necessidade imediata de atendimento da demanda reprimida e com os princípios da economicidade, eficiência e razoabilidade administrativa.

Dessa forma, a execução direta foi afastada por ausência de viabilidade técnica, operacional e financeira.

b) Realização de procedimento licitatório competitivo para contratação de empresa única:

Também foi analisada a possibilidade de realização de procedimento licitatório tradicional visando à contratação de empresa única para execução integral dos serviços.

Entretanto, essa alternativa mostrou-se menos vantajosa à Administração, considerando que a natureza dos serviços e a dinâmica da demanda recomendam a formação de rede ampliada de prestadores aptos à execução dos procedimentos, especialmente diante da necessidade de realização dos atendimentos em regime de mutirão, da possibilidade de variação quantitativa da demanda e da necessidade de maior flexibilidade operacional e assistencial.

A contratação de único prestador poderia gerar limitação da capacidade de atendimento, dependência excessiva de uma única empresa, risco de descontinuidade dos serviços, limitação da capacidade operacional do mutirão e redução da capacidade de resposta da Administração em caso de indisponibilidade operacional do contratado.

Além disso, a competição tradicional não se mostra compatível, em sua essência, com o interesse administrativo de permitir o credenciamento de todos os interessados aptos à prestação dos serviços em condições padronizadas, observando-se o disposto no art. 79 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Considerou-se ainda que a demanda assistencial poderá envolver pacientes do Município de Cariri do Tocantins/TO e de cidades circunvizinhas eventualmente referenciadas para atendimento especializado, circunstância que reforça a necessidade de maior flexibilidade operacional e ampliação da capacidade assistencial disponível para atendimento dos usuários regulados pelo SUS.

c) Credenciamento de pessoas jurídicas especializadas:

A alternativa do credenciamento mostrou-se a solução mais adequada, vantajosa e compatível com o interesse público, considerando que permite a formação de cadastro de múltiplos prestadores habilitados para execução dos serviços oftalmológicos, assegurando maior flexibilidade operacional, ampliação da rede de atendimento e melhor capacidade de resposta da Administração às demandas assistenciais da população.

O presente credenciamento enquadra-se na hipótese prevista no art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, caracterizando-se como contratação paralela e não excludente, na qual

a Administração Pública busca possibilitar o credenciamento de todos os interessados aptos à prestação dos serviços em condições padronizadas previamente definidas no edital.

O modelo adotado permitirá a formação de rede complementar de prestadores especializados, assegurando maior eficiência na execução dos serviços, maior capacidade de atendimento da demanda reprimida, melhor organização logística do mutirão oftalmológico e maior flexibilidade operacional para realização dos procedimentos especializados.

A distribuição da demanda entre os credenciados deverá observar critérios objetivos, impessoais e previamente definidos no edital e no Termo de Referência, considerando a ordem de credenciamento, a capacidade operacional declarada e comprovada, a disponibilidade de agenda, a logística de execução, a prioridade clínica dos pacientes regulados e a necessidade de atendimento das metas vinculadas ao custeio das ações oftalmológicas, vedada qualquer escolha subjetiva ou discricionária sem motivação formal.

O credenciamento também se mostra mais compatível com a natureza dos recursos vinculados ao custeio das ações oftalmológicas especializadas, pois permite maior controle da execução, rastreabilidade dos atendimentos realizados, fiscalização dos serviços executados e pagamento exclusivamente pelos procedimentos efetivamente realizados e devidamente comprovados.

Outro aspecto relevante é que os serviços oftalmológicos possuem demanda variável e dependente de triagem, avaliação clínica, exames pré-operatórios, aptidão cirúrgica dos pacientes, disponibilidade operacional dos mutirões e efetiva regulação dos usuários do SUS, circunstâncias que reforçam a adequação do credenciamento em relação aos modelos licitatórios tradicionais de contratação fechada e rígida.

Diante da análise realizada, conclui-se que o credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços médicos oftalmológicos para realização de cirurgias de catarata e pterígio, em regime de mutirão, representa a solução mais adequada sob os aspectos técnico, jurídico, operacional e econômico, mostrando-se compatível com a natureza dos serviços, com a dinâmica da demanda assistencial, com a necessidade de ampliação da capacidade de atendimento da rede pública municipal de saúde e com as exigências relacionadas à adequada execução dos recursos vinculados ao custeio das ações oftalmológicas especializadas.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (ART. 18, §1º, VI, DA LEI Nº 14.133/2021)

6.1. A estimativa do valor da presente contratação foi elaborada com base nos quantitativos previstos para atendimento da demanda do Fundo Municipal de Saúde de Cariri do Tocantins/TO, considerando os procedimentos oftalmológicos especializados a serem realizados em regime de mutirão, os atendimentos complementares indispensáveis à adequada execução dos serviços, a realidade assistencial da rede pública municipal de saúde e os valores praticados em contratações públicas similares compatíveis com a natureza do objeto pretendido.

Para composição da estimativa financeira, foram considerados parâmetros obtidos mediante pesquisa de mercado, consultas a credenciamentos e contratações correlatas realizadas por outros entes públicos, análise de valores praticados em serviços oftalmológicos especializados compatíveis com a realidade regional, bem como a compatibilidade da estimativa com os recursos vinculados à Emenda Parlamentar Estadual nº 010403.01051/2026, destinada ao custeio das ações oftalmológicas especializadas objeto da presente contratação.

A metodologia adotada observou as disposições do art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando critérios de compatibilidade mercadológica, razoabilidade administrativa, economicidade, viabilidade operacional e adequação aos quantitativos estimados para execução dos serviços oftalmológicos em regime de mutirão.

A memória de cálculo da estimativa encontra-se constante dos autos administrativos, acompanhada da demonstração dos quantitativos utilizados, dos valores unitários estimados, das fontes de pesquisa consultadas e dos critérios técnicos empregados para definição dos preços referenciais da contratação.

Dessa forma, considerando os quantitativos estimados, a complexidade dos serviços especializados, os atendimentos complementares necessários à adequada execução dos procedimentos e a disponibilidade financeira vinculada à Emenda Parlamentar Estadual nº 010403.01051/2026, o valor total estimado da contratação corresponde ao montante de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais).

6.2. Ressalte-se que o valor estimado possui caráter meramente referencial, não gerando obrigação de execução integral pela Administração Pública, considerando que os pagamentos ocorrerão conforme os serviços efetivamente realizados, autorizados, comprovados e devidamente atestados pelo Fundo Municipal de Saúde, observada a efetiva demanda assistencial, a disponibilidade financeira e a execução física da contratação.

6.3. A presente contratação será executada com recursos vinculados à Emenda Parlamentar Estadual nº 010403.01051/2026, observando-se integralmente o respectivo Plano de Trabalho, a disponibilidade financeira, as metas pactuadas, os limites orçamentários, a execução física e financeira da contratação, bem como as normas aplicáveis ao acompanhamento, fiscalização e prestação de contas dos recursos públicos utilizados.

6.4. A estimativa apresentada mostra-se compatível com a demanda assistencial identificada, com os quantitativos previstos, com os parâmetros de mercado analisados, com a capacidade operacional estimada para realização do mutirão oftalmológico e com a realidade orçamentária da contratação, atendendo ao disposto no art. 18, §1º, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/2021.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (ART. 18, §1º, VII, DA LEI Nº 14.133/2021)

7.1. A solução consiste na realização de chamamento público para credenciamento de pessoas jurídicas especializadas em serviços médicos oftalmológicos, aptas à realização de cirurgias de catarata e pterígio, em regime de mutirão, com estrutura técnica, equipe profissional,

equipamentos, insumos, capacidade operacional e regularidade sanitária compatíveis com a natureza dos procedimentos.

O edital deverá estabelecer, de forma objetiva, os requisitos de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira, técnica e sanitária, bem como a forma de apresentação dos documentos, os critérios de análise, o procedimento de credenciamento, a forma de convocação dos credenciados, os valores ou critérios de remuneração, as obrigações das partes, as hipóteses de descredenciamento, as regras de fiscalização e os mecanismos de controle da execução.

A execução deverá ocorrer mediante encaminhamento dos pacientes pelo Fundo Municipal de Saúde, observada a regulação municipal, a ordem de prioridade clínica, a disponibilidade orçamentária e financeira, a aptidão do paciente para o procedimento e a capacidade operacional dos credenciados.

A remuneração dos credenciados ocorrerá exclusivamente pelos procedimentos efetivamente realizados, autorizados, comprovados e devidamente atestados pela fiscalização contratual, observados os limites financeiros da emenda, os critérios de regulação municipal e a disponibilidade orçamentária do Fundo Municipal de Saúde.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (Art. 18, §1º, VIII, da Lei nº 14.133/2021)

8.1. Considerando a natureza assistencial dos serviços oftalmológicos objeto da presente contratação, conclui-se pela inviabilidade técnica e operacional do parcelamento da execução contratual, uma vez que os procedimentos previstos demandam atuação integrada, padronização assistencial, coordenação logística unificada e responsabilidade técnica centralizada durante todas as etapas do mutirão oftalmológico.

A execução dos serviços compreende conjunto interdependente de atividades correlacionadas, incluindo triagem clínica, consultas especializadas, exames preparatórios, avaliações oftalmológicas, procedimentos cirúrgicos, fornecimento de materiais e insumos, acompanhamento pós-operatório e demais atos necessários à adequada assistência dos pacientes atendidos, circunstância que exige uniformidade operacional e integração contínua entre as etapas da execução.

O parcelamento da contratação poderia comprometer a eficiência da organização do mutirão oftalmológico previsto para ocorrer nos dias 01 e 02 de junho de 2026, nas dependências do Hospital Municipal de Cariri do Tocantins/TO, gerando risco de descontinuidade assistencial, conflitos operacionais, dificuldades de coordenação logística, fragmentação da responsabilidade técnica e prejuízos ao adequado acompanhamento clínico dos pacientes submetidos aos procedimentos oftalmológicos.

Além disso, a divisão da execução entre múltiplos prestadores para etapas distintas dos serviços poderia dificultar a fiscalização contratual, a rastreabilidade dos atendimentos

realizados, o controle administrativo da execução, a padronização dos protocolos médicos e a responsabilização técnica em casos de intercorrências clínicas ou falhas assistenciais.

Ressalte-se que a presente contratação será realizada mediante procedimento de credenciamento, nos termos do art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, modelo que, por sua própria natureza, já assegura ampla participação de interessados aptos à prestação dos serviços em condições padronizadas, sem necessidade de parcelamento do objeto para ampliação da competitividade.

Dessa forma, conclui-se que a não realização do parcelamento mostra-se a medida mais adequada sob os aspectos técnico, operacional, assistencial e administrativo, preservando a continuidade da assistência à saúde, a segurança dos pacientes, a eficiência da execução do mutirão oftalmológico e a adequada fiscalização dos serviços contratados.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (ART. 18, §1º, IX, DA LEI Nº 14.133/2021)

9.1. A presente contratação tem como principal objetivo ampliar o acesso da população aos serviços especializados de oftalmologia, mediante a realização de cirurgias de catarata e pterígio em regime de mutirão, visando reduzir a demanda reprimida existente no âmbito do Fundo Municipal de Saúde de Cariri do Tocantins/TO e assegurar maior resolutividade à assistência pública de saúde.

Com a implementação do credenciamento, pretende-se garantir atendimento mais célere, eficiente, organizado e humanizado aos pacientes assistidos pela rede municipal de saúde, especialmente aqueles que aguardam procedimentos cirúrgicos oftalmológicos e que possuem comprometimento da qualidade de vida em razão das limitações visuais decorrentes das patologias atendidas.

A presente contratação também possui como finalidade assegurar adequada execução das ações vinculadas à Emenda Parlamentar Estadual nº 010403.01051/2026, destinada ao custeio de consultas, exames preparatórios e procedimentos oftalmológicos especializados, garantindo efetiva aplicação dos recursos públicos em benefício da ampliação da assistência especializada em saúde ocular no âmbito do Município de Cariri do Tocantins/TO.

Busca-se, ainda, promover a redução do tempo de espera para realização dos procedimentos, minimizar agravamentos clínicos, ampliar a capacidade de atendimento especializado do Município e proporcionar melhores condições de saúde, autonomia, inclusão social, capacidade funcional e bem-estar aos usuários do Sistema Único de Saúde — SUS.

A realização do mutirão oftalmológico previsto para ocorrer nos dias 01 e 02 de junho de 2026, nas dependências do Hospital Municipal de Cariri do Tocantins/TO, permitirá maior concentração da capacidade operacional da rede municipal de saúde, otimização da logística assistencial, racionalização da utilização dos recursos públicos e maior eficiência na realização dos atendimentos especializados destinados aos pacientes previamente triados e regulados pela Secretaria Municipal de Saúde.

A contratação também contribuirá para fortalecimento da assistência regional em saúde ocular, considerando a possibilidade de atendimento de pacientes do Município de Cariri do Tocantins/TO e de cidades circunvizinhas eventualmente referenciadas para atendimento especializado, observados os fluxos assistenciais e regulatórios do Sistema Único de Saúde — SUS.

Sob o aspecto administrativo, o modelo de credenciamento permitirá maior flexibilidade operacional, ampliação da rede de prestadores aptos, atendimento da demanda conforme a necessidade efetiva do Fundo Municipal de Saúde e melhor controle da execução dos serviços, especialmente em razão da necessidade de rastreabilidade dos atendimentos realizados, controle da execução contratual e adequada fiscalização da aplicação dos recursos vinculados ao custeio das ações oftalmológicas especializadas.

Também se pretende assegurar maior eficiência na aplicação dos recursos públicos, mediante pagamento exclusivamente pelos serviços efetivamente realizados e devidamente comprovados, observando os princípios da economicidade, planejamento, transparência, eficiência, continuidade do serviço público e interesse público.

Dentre os principais resultados pretendidos com a contratação, destacam-se:

1. Redução da fila de pacientes aguardando cirurgias oftalmológicas;
2. Ampliação do acesso da população aos serviços especializados de saúde ocular;
3. Realização de mutirão oftalmológico com maior capacidade de atendimento e resolutividade assistencial;
4. Melhoria da qualidade de vida, da autonomia funcional e da capacidade visual dos pacientes atendidos;
5. Redução de complicações clínicas decorrentes da demora no tratamento especializado;
6. Prevenção da cegueira evitável e diminuição dos impactos sociais decorrentes das limitações visuais não tratadas;
7. Fortalecimento da assistência especializada no âmbito do Fundo Municipal de Saúde;
8. Ampliação da capacidade operacional da rede pública municipal de saúde;

Dessa forma, os resultados pretendidos demonstram compatibilidade entre a necessidade pública identificada, a solução escolhida e os objetivos assistenciais e administrativos da contratação, evidenciando a adequação do credenciamento como instrumento apto a promover maior eficiência, resolutividade, continuidade e efetividade na prestação dos serviços públicos de saúde especializada.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS (Art. 18, §1º, X, da Lei nº 14.133/2021)

10.1. Para a adequada execução da presente contratação, o Fundo Municipal de Saúde de Cariri do Tocantins/TO deverá adotar providências administrativas, técnicas e operacionais necessárias ao regular funcionamento do procedimento de credenciamento e à eficiente execução dos serviços oftalmológicos especializados objeto da contratação.

Inicialmente, deverá ser elaborado e publicado o edital de chamamento público para credenciamento, contendo critérios objetivos de participação, habilitação, execução,

fiscalização e remuneração, observando-se as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente o art. 79, bem como os princípios da legalidade, transparência, isonomia e eficiência.

Também deverá ser realizada a formal designação dos agentes públicos responsáveis pela condução do procedimento, acompanhamento da execução contratual, fiscalização dos serviços e controle da documentação relacionada aos atendimentos realizados.

O Fundo Municipal de Saúde deverá promover a organização da demanda assistencial, incluindo triagem dos pacientes, encaminhamentos médicos, regulação dos atendimentos, definição dos critérios de prioridade clínica e organização logística necessária à realização dos mutirões oftalmológicos.

Além disso, deverão ser adotadas medidas voltadas ao acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços, especialmente quanto à conferência dos procedimentos realizados, análise dos relatórios médicos, controle dos pacientes atendidos, verificação da regularidade documental e atesto dos serviços executados para fins de liquidação e pagamento.

Também será necessária a verificação prévia da disponibilidade orçamentária e financeira vinculada a Emenda destinada ao custeio da contratação, assegurando compatibilidade entre a execução dos serviços e os recursos efetivamente disponibilizados.

Dentre as principais providências administrativas relacionadas à contratação, destacam-se:

- 1) Elaboração do Termo de Referência e demais documentos da fase preparatória;
- 2) Publicação do edital de credenciamento e realização do chamamento público;
- 3) Designação de fiscal e gestores responsáveis pelo acompanhamento contratual;
- 4) Organização da fila de pacientes e da regulação dos atendimentos;
- 5) Definição do cronograma de realização dos mutirões;
- 6) Controle dos encaminhamentos e autorizações dos procedimentos;
- 7) Fiscalização da execução dos serviços prestados pelos credenciados;
- 8) Conferência da documentação comprobatória dos atendimentos realizados;
- 9) Controle da execução física e financeira dos recursos da emenda;
- 10) Acompanhamento da prestação de contas vinculada aos recursos utilizados.

Dessa forma, as providências elencadas mostram-se suficientes para assegurar a adequada execução do objeto, garantir a eficiência administrativa e permitir o correto acompanhamento da aplicação dos recursos públicos vinculados à contratação.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (Art. 18, §1º, XI, da Lei nº 14.133/2021)

11.1. A presente contratação possui relação com ações administrativas e assistenciais já desenvolvidas pelo Fundo Municipal de Saúde de Cariri do Tocantins/TO, especialmente aquelas voltadas à regulação de pacientes, triagem clínica, encaminhamentos médicos, transporte sanitário e acompanhamento dos usuários atendidos pela rede pública municipal de saúde.

A execução dos serviços oftalmológicos especializados dependerá de atuação integrada entre os setores responsáveis pela organização da demanda, controle dos atendimentos, acompanhamento dos pacientes e fiscalização da execução contratual, bem como do adequado gerenciamento dos recursos vinculados a emenda destinada ao custeio da contratação.

Todavia, registra-se que tais atividades possuem natureza acessória e complementar, não configurando contratação interdependente indispensável à execução do objeto principal, uma vez que a estrutura administrativa necessária já integra a rotina operacional do Fundo Municipal de Saúde.

Além disso, não foi identificada necessidade de realização de obras, aquisição de equipamentos permanentes ou contratação estrutural específica para viabilização da presente contratação, considerando que os serviços serão executados pelas pessoas jurídicas credenciadas mediante utilização de estrutura própria e adequada aos procedimentos oftalmológicos especializados.

Dessa forma, conclui-se que existem apenas ações correlatas de apoio administrativo e assistencial, sem dependência direta de contratação interdependente específica para execução do objeto pretendido.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS (ART. 18, §1º, XII, DA LEI Nº 14.133/2021)

12.1. Embora o objeto possua natureza predominantemente assistencial e médica, deverão ser observadas práticas de sustentabilidade e gerenciamento adequado de resíduos de serviços de saúde, especialmente materiais perfurocortantes, resíduos infectantes, medicamentos, embalagens, EPIs e demais insumos utilizados nos procedimentos.

Os credenciados deverão observar as normas sanitárias e ambientais aplicáveis, mantendo adequada destinação dos resíduos gerados, controle de materiais, higienização dos ambientes, segurança dos pacientes e cumprimento das exigências dos órgãos de vigilância sanitária.

13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (Art. 18, §1º, XIII, da Lei nº 14.133/2021)

13.1. Diante de todas as análises realizadas no presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação pretendida mostra-se plenamente adequada sob os aspectos técnico, administrativo, operacional, orçamentário e jurídico, atendendo ao interesse público e às necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Cariri do Tocantins/TO.

O credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços médicos oftalmológicos para realização de cirurgias de catarata e pterígio, em regime de mutirão, apresenta-se como a solução mais eficiente e compatível com a natureza da demanda assistencial identificada, especialmente em razão da necessidade de ampliação da rede de

atendimento, da impossibilidade de definição exata da demanda futura e da necessidade de pluralidade de prestadores aptos à execução dos serviços.


A solução escolhida encontra respaldo na Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente no art. 79, mostrando-se juridicamente adequada ao modelo de contratação pretendido, além de observar os princípios da legalidade, eficiência, planejamento, economicidade, transparência, isonomia e interesse público.

Verificou-se, ainda, que a contratação possui compatibilidade com a realidade operacional do Município, com a disponibilidade orçamentária vinculada aos recursos da emenda destinada ao custeio dos serviços e com os objetivos assistenciais do Fundo Municipal de Saúde, especialmente no que se refere à redução da demanda reprimida e à ampliação do acesso da população aos serviços especializados de saúde ocular.

Dessa forma, conclui-se pela viabilidade e adequação da presente contratação, entendendo-se que o procedimento de credenciamento é medida apta a assegurar maior eficiência administrativa, melhor capacidade de atendimento à população e adequada aplicação dos recursos públicos destinados à execução dos serviços oftalmológicos especializados.

Cariri do Tocantins/TO, 19 de maio de 2026.

Responsável pela Elaboração do Estudo Técnico Preliminar,



KARYNE ALVES LIMA

Secretária Ad. de Planejamento em Saúde
Decreto nº 352/2025

Aprovo o presente Estudo Técnico Preliminar,



MARIA AUXILIADORA DA PAIXÃO AIRES

Gestora do Fundo Municipal de Saúde
Decreto nº 081/2026

ANEXO III
MODELO DE REQUERIMENTO DE PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO

Ao

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARIRI DO TOCANTINS/TO
AGENTE DE CONTRATAÇÃO / COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS OFTALMOLÓGICOS PARA REALIZAÇÃO DE CIRURGIAS DE CATARATA E PTERÍGIO, EM REGIME DE MUTIRÃO, VISANDO ATENDER À DEMANDA DOS PACIENTES ASSISTIDOS PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARIRI DO TOCANTINS/TO, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL.

ASSUNTO: CREDENCIAMENTO PÚBLICO Nº. XXX/XXXX-FMS.

A interessada _____, inscrita no CNPJ nº. _____, com sede à _____, neste ato representada por seu(sua) representante legal _____, vem, respeitosamente, à presença de Vossas Senhorias, para fins de participação no "CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS OFTALMOLÓGICOS PARA REALIZAÇÃO DE CIRURGIAS DE CATARATA E PTERÍGIO, EM REGIME DE MUTIRÃO, VISANDO ATENDER À DEMANDA DOS PACIENTES ASSISTIDOS PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARIRI DO TOCANTINS/TO, **conforme condições, quantidades e especificações estabelecidas no Termo de Referência e demais anexos do Edital**", requerer seu **CREDENCIAMENTO** para prestação de serviços.

DECLARO, ainda, ciência e aceite integralmente de todas as condições estabelecidas no **EDITAL DO CREDENCIAMENTO PÚBLICO Nº. XXX/XXXX-XXX** e seus anexos, comprometendo-se a cumpri-las fielmente, bem como a manter, durante todo o período de vigência do credenciamento e dos instrumentos dele decorrentes, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

Cidade/UF, ____ de _____ de _____.

NOME / RAZÃO SOCIAL

CNPJ

Nome e assinatura do representante legal

Obs.: Documento meramente exemplificativo, devendo ser apresentado em papel timbrado, se houver.

ANEXO IV
MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Ao

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARIRI DO TOCANTINS/TO
AGENTE DE CONTRATAÇÃO / COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS OFTALMOLÓGICOS PARA REALIZAÇÃO DE CIRURGIAS DE CATARATA E PTERÍGIO, EM REGIME DE MUTIRÃO, VISANDO ATENDER À DEMANDA DOS PACIENTES ASSISTIDOS PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARIRI DO TOCANTINS/TO, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL.

ASSUNTO: CREDENCIAMENTO PÚBLICO Nº. xxx/xxxx-FMS.

A interessada _____, inscrita no CNPJ nº. _____, com sede à _____, neste ato representada por seu(sua) representante legal _____, vem, respeitosamente, à presença de Vossas Senhorias, para fins de participação no "**Credenciamento De Pessoas Jurídicas Especializadas Na Prestação De Serviços Médicos Oftalmológicos Para Realização De Cirurgias De Catarata E Pterígio, Em Regime De Mutirão, Visando Atender À Demanda Dos Pacientes Assistidos Pelo Fundo Municipal De Saúde De Cariri Do Tocantins/To, conforme condições, quantidades e especificações estabelecidas no Termo de Referência e demais anexos do Edital**", declarar sob as penas da lei, conforme abaixo;

DECLARO, inteira e exclusiva responsabilidade pela **veracidade, autenticidade e integridade de todas as informações, documentos e declarações** apresentados no processo de credenciamento, comprometendo-me a apresentar documentos verdadeiros, atualizados e compatíveis com as exigências do Edital.

DECLARO, ainda, ciência de que a prestação de informações falsas ou inexatas poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas, civis e penais cabíveis, nos termos da legislação vigente.

Cidade/UF, ____ de _____ de _____.

NOME / RAZÃO SOCIAL

CNPJ

Nome e assinatura do representante legal

Obs.: Documento meramente exemplificativo, devendo ser apresentado em papel timbrado, se houver.

ANEXO V
MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DO EDITAL

Ao

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARIRI DO TOCANTINS/TO
AGENTE DE CONTRATAÇÃO / COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS OFTALMOLÓGICOS PARA REALIZAÇÃO DE CIRURGIAS DE CATARATA E PTERÍGIO, EM REGIME DE MUTIRÃO, VISANDO ATENDER À DEMANDA DOS PACIENTES ASSISTIDOS PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARIRI DO TOCANTINS/TO, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL.

ASSUNTO: CREDENCIAMENTO PÚBLICO Nº. XXX/XXXX-FMS.

A interessada _____, inscrita no CNPJ nº. _____, com sede à _____, neste ato representada por seu(sua) representante legal _____, vem, respeitosamente, à presença de Vossas Senhorias, para fins de participação no "**Credenciamento De Pessoas Jurídicas Especializadas Na Prestação De Serviços Médicos Oftalmológicos Para Realização De Cirurgias De Catarata E Pterígio, Em Regime De Mutirão, Visando Atender À Demanda Dos Pacientes Assistidos Pelo Fundo Municipal De Saúde De Cariri Do Tocantins/To, conforme condições, quantidades e especificações estabelecidas no Termo de Referência e demais anexos do Edital**", declarar sob as penas da lei, conforme abaixo;

DECLARO, pleno conhecimento do conteúdo do Edital de Credenciamento, do Termo de Referência e de todos os seus anexos, bem como das normas legais que regem o procedimento, **aceitando integralmente todas as condições, exigências, obrigações e responsabilidades nele previstas**, comprometendo a cumpri-las fielmente, caso venha a ser credenciado(a).

Cidade/UF, ____ de _____ de _____.

NOME / RAZÃO SOCIAL
CNPJ

Nome e assinatura do representante legal

Obs.: Documento meramente exemplificativo, devendo ser apresentado em papel timbrado, se houver.

ANEXO VI
MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

Ao

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARIRI DO TOCANTINS/TO
AGENTE DE CONTRATAÇÃO / COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS OFTALMOLÓGICOS PARA REALIZAÇÃO DE CIRURGIAS DE CATARATA E PTERÍGIO, EM REGIME DE MUTIRÃO, VISANDO ATENDER À DEMANDA DOS PACIENTES ASSISTIDOS PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARIRI DO TOCANTINS/TO, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL.

ASSUNTO: CREDENCIAMENTO PÚBLICO Nº. XXX/XXXX-FMS.

A interessada _____, inscrita no CNPJ nº. _____, com sede à _____, neste ato representada por seu(sua) representante legal _____, vem, respeitosamente, à presença de Vossas Senhorias, para fins de participação no "**Credenciamento De Pessoas Jurídicas Especializadas Na Prestação De Serviços Médicos Oftalmológicos Para Realização De Cirurgias De Catarata E Pterígio, Em Regime De Mutirão, Visando Atender À Demanda Dos Pacientes Assistidos Pelo Fundo Municipal De Saúde De Cariri Do Tocantins/To, conforme condições, quantidades e especificações estabelecidas no Termo de Referência e demais anexos do Edital**", declarar sob as penas da lei, conforme abaixo;

DECLARO, sob as penas da lei, que **não existe qualquer fato impeditivo à minha contratação**, não tendo sido declarado(a) inidôneo(a), nem estando impedido(a) ou suspenso(a) de contratar com o Poder Público, em especial com o Município de Cariri do Tocantins/TO.

DECLARO, ainda, que me comprometo a **comunicar imediatamente à Administração Pública** a ocorrência de qualquer fato superveniente que venha a alterar a presente condição, durante todo o período de vigência do credenciamento e da eventual contratação.

Cidade/UF, ____ de _____ de _____.

NOME / RAZÃO SOCIAL

CNPJ

Nome e assinatura do representante legal

Obs.: Documento meramente exemplificativo, devendo ser apresentado em papel timbrado, se houver.

ANEXO VII
MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO

Ao

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARIRI DO TOCANTINS/TO
AGENTE DE CONTRATAÇÃO / COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS OFTALMOLÓGICOS PARA REALIZAÇÃO DE CIRURGIAS DE CATARATA E PTERÍGIO, EM REGIME DE MUTIRÃO, VISANDO ATENDER À DEMANDA DOS PACIENTES ASSISTIDOS PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARIRI DO TOCANTINS/TO, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL.

ASSUNTO: CREDENCIAMENTO PÚBLICO Nº. XXX/XXXX-FMS.

A interessada _____, inscrita no CNPJ nº. _____, com sede à _____, neste ato representada por seu(sua) representante legal _____, vem, respeitosamente, à presença de Vossas Senhorias, para fins de participação no "**Credenciamento De Pessoas Jurídicas Especializadas Na Prestação De Serviços Médicos Oftalmológicos Para Realização De Cirurgias De Catarata E Pterígio, Em Regime De Mutirão, Visando Atender À Demanda Dos Pacientes Assistidos Pelo Fundo Municipal De Saúde De Cariri Do Tocantins/To, conforme condições, quantidades e especificações estabelecidas no Termo de Referência e demais anexos do Edital**", declarar sob as penas da lei, conforme abaixo;

DECLARO, que a eventual prestação dos serviços médicos ocorrerá **de forma autônoma**, sem caracterização de vínculo empregatício com o Município, inexistindo subordinação jurídica, pessoalidade, habitualidade, exclusividade ou qualquer outro elemento típico da relação de emprego, nos termos da legislação vigente.

DECLARO, ainda, estar ciente de que a prestação dos serviços ocorrerá **em regime de mutirão no período específico de 01 e 02 de junho de 2026**, conforme previsto no Edital e no Termo de Referência.

Cidade/UF, ____ de _____ de _____.

NOME / RAZÃO SOCIAL

CNPJ

Nome e assinatura do representante legal

Obs.: Documento meramente exemplificativo, devendo ser apresentado em papel timbrado, se houver.

ANEXO VIII
MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO COBRANÇA AOS USUÁRIOS DO SUS

Ao

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARIRI DO TOCANTINS/TO
AGENTE DE CONTRATAÇÃO / COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS OFTALMOLÓGICOS PARA REALIZAÇÃO DE CIRURGIAS DE CATARATA E PTERÍGIO, EM REGIME DE MUTIRÃO, VISANDO ATENDER À DEMANDA DOS PACIENTES ASSISTIDOS PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARIRI DO TOCANTINS/TO, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL.

ASSUNTO: CREDENCIAMENTO PÚBLICO Nº. XXX/XXXX-FMS.

A interessada _____, inscrita no CNPJ nº. _____, com sede à _____, neste ato representada por seu(sua) representante legal _____, vem, respeitosamente, à presença de Vossas Senhorias, para fins de participação no "**Credenciamento De Pessoas Jurídicas Especializadas Na Prestação De Serviços Médicos Oftalmológicos Para Realização De Cirurgias De Catarata E Pterígio, Em Regime De Mutirão, Visando Atender À Demanda Dos Pacientes Assistidos Pelo Fundo Municipal De Saúde De Cariri Do Tocantins/To, conforme condições, quantidades e especificações estabelecidas no Termo de Referência e demais anexos do Edital**", declarar sob as penas da lei, conforme abaixo;

DECLARO, para os devidos fins, que não será realizado qualquer tipo de cobrança direta ou indireta aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, pelos serviços prestados no âmbito do credenciamento, sob qualquer pretexto, comprometendo-se a observar integralmente as normas e diretrizes aplicáveis.

Cidade/UF, ____ de _____ de _____.

NOME / RAZÃO SOCIAL

CNPJ

Nome e assinatura do representante legal

Obs.: Documento meramente exemplificativo, devendo ser apresentado em papel timbrado, se houver.

ANEXO IX
MODELO DE DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E COMPROMISSO DE CUMPRIMENTO DAS
NORMAS DO SUS

Ao

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARIRI DO TOCANTINS/TO
AGENTE DE CONTRATAÇÃO / COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS OFTALMOLÓGICOS PARA REALIZAÇÃO DE CIRURGIAS DE CATARATA E PTERÍGIO, EM REGIME DE MUTIRÃO, VISANDO ATENDER À DEMANDA DOS PACIENTES ASSISTIDOS PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARIRI DO TOCANTINS/TO, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL.

ASSUNTO: CREDENCIAMENTO PÚBLICO Nº. XXX/XXXX-FMS.

A interessada _____, inscrita no CNPJ nº. _____, com sede à _____, neste ato representada por seu(sua) representante legal _____, vem, respeitosamente, à presença de Vossas Senhorias, para fins de participação no "**Credenciamento De Pessoas Jurídicas Especializadas Na Prestação De Serviços Médicos Oftalmológicos Para Realização De Cirurgias De Catarata E Pterígio, Em Regime De Mutirão, Visando Atender À Demanda Dos Pacientes Assistidos Pelo Fundo Municipal De Saúde De Cariri Do Tocantins/To, conforme condições, quantidades e especificações estabelecidas no Termo de Referência e demais anexos do Edital**", declarar sob as penas da lei, conforme abaixo;

DECLARO, para os devidos fins, plena ciência e comprometimento em cumprir integralmente as normas do Sistema Único de Saúde – SUS, bem como todas as disposições legais vigentes, regulamentos, protocolos assistenciais, códigos de ética profissional e resoluções do respectivo Conselho de Classe aplicáveis à prestação dos serviços objeto do credenciamento.

DECLARO, ainda, atuação em conformidade com os princípios e diretrizes do SUS, responsabilizando-se pelo fiel cumprimento das obrigações assumidas.

Cidade/UF, ____ de _____ de _____.

NOME / RAZÃO SOCIAL

CNPJ

Nome e assinatura do representante legal

Obs.: Documento meramente exemplificativo, devendo ser apresentado em papel timbrado, se houver.

ANEXO X
MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Ao
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARIRI DO TOCANTINS/TO
AGENTE DE CONTRATAÇÃO / COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS OFTALMOLÓGICOS PARA REALIZAÇÃO DE CIRURGIAS DE CATARATA E PTERÍGIO, EM REGIME DE MUTIRÃO, VISANDO ATENDER À DEMANDA DOS PACIENTES ASSISTIDOS PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARIRI DO TOCANTINS/TO, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL.

ASSUNTO: CREDENCIAMENTO PÚBLICO Nº. XXX/XXXX-FMS.

A interessada _____, inscrita no CNPJ nº. _____, com sede à _____, neste ato representada por seu(sua) representante legal _____, vem, respeitosamente, à presença de Vossas Senhorias, para fins de participação no "**Credenciamento De Pessoas Jurídicas Especializadas Na Prestação De Serviços Médicos Oftalmológicos Para Realização De Cirurgias De Catarata E Pterígio, Em Regime De Mutirão, Visando Atender À Demanda Dos Pacientes Assistidos Pelo Fundo Municipal De Saúde De Cariri Do Tocantins/To, conforme condições, quantidades e especificações estabelecidas no Termo de Referência e demais anexos do Edital**", declarar sob as penas da lei, conforme abaixo;

DECLARO possuir plena capacidade técnica, operacional, estrutural e disponibilidade de agenda para execução dos serviços médicos oftalmológicos objeto do presente credenciamento, incluindo consultas especializadas, avaliações clínicas, exames, procedimentos cirúrgicos, acompanhamento pós-operatório e demais atendimentos correlatos necessários à adequada assistência dos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS encaminhados pelo Fundo Municipal de Saúde de Cariri do Tocantins/TO.

DECLARO, ainda, que me comprometo a atender às convocações administrativas dentro dos prazos estabelecidos, respeitando as diretrizes do Edital e do Termo de Referência.

Cidade/UF, ____ de _____ de _____.

NOME / RAZÃO SOCIAL

CNPJ

Nome e assinatura do representante legal

Obs.: Documento meramente exemplificativo, devendo ser apresentado em papel timbrado, se houver.

ANEXO XI
MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR

Ao

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARIRI DO TOCANTINS/TO
AGENTE DE CONTRATAÇÃO / COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS OFTALMOLÓGICOS PARA REALIZAÇÃO DE CIRURGIAS DE CATARATA E PTERÍGIO, EM REGIME DE MUTIRÃO, VISANDO ATENDER À DEMANDA DOS PACIENTES ASSISTIDOS PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARIRI DO TOCANTINS/TO, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL.

ASSUNTO: CREDENCIAMENTO PÚBLICO Nº. XXX/XXXX-FMS.

A interessada _____, inscrita no CNPJ nº. _____, com sede à _____, neste ato representada por seu(sua) representante legal _____, vem, respeitosamente, à presença de Vossas Senhorias, para fins de participação no "**Credenciamento De Pessoas Jurídicas Especializadas Na Prestação De Serviços Médicos Oftalmológicos Para Realização De Cirurgias De Catarata E Pterígio, Em Regime De Mutirão, Visando Atender À Demanda Dos Pacientes Assistidos Pelo Fundo Municipal De Saúde De Cariri Do Tocantins/To, conforme condições, quantidades e especificações estabelecidas no Termo de Referência e demais anexos do Edital**", declarar sob as penas da lei, conforme abaixo;

DECLARO, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos, nos termos do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

Cidade/UF, ____ de _____ de _____.

NOME / RAZÃO SOCIAL

CNPJ

Nome e assinatura do representante legal

Obs.: Documento meramente exemplificativo, devendo ser apresentado em papel timbrado, se houver.

ANEXO XII
MODELO DE DECLARAÇÃO DE INDICAÇÃO E ACEITE DE PROFISSIONAL

Ao
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARIRI DO TOCANTINS/TO
AGENTE DE CONTRATAÇÃO / COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS OFTALMOLÓGICOS PARA REALIZAÇÃO DE CIRURGIAS DE CATARATA E PTERÍGIO, EM REGIME DE MUTIRÃO, VISANDO ATENDER À DEMANDA DOS PACIENTES ASSISTIDOS PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARIRI DO TOCANTINS/TO, QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL.

ASSUNTO: CREDENCIAMENTO PÚBLICO Nº. 001/2026-FMS.

A interessada _____, inscrita no CNPJ nº. _____, com sede à _____, neste ato representada por seu(sua) representante legal _____, vem, respeitosamente, à presença de Vossas Senhorias, para fins de participação no "**Credenciamento De Pessoas Jurídicas Especializadas Na Prestação De Serviços Médicos Oftalmológicos Para Realização De Cirurgias De Catarata E Pterígio, Em Regime De Mutirão, Visando Atender À Demanda Dos Pacientes Assistidos Pelo Fundo Municipal De Saúde De Cariri Do Tocantins/To, conforme condições, quantidades e especificações estabelecidas no Termo de Referência e demais anexos do Edital**", declarar sob as penas da lei, conforme abaixo;

INDICO, o(s) seguinte(s) profissional(is):

1 - Dr(a). _____, médico(a) regularmente inscrito(a) junto ao Conselho Regional de Medicina do Estado do Tocantins sob nº. _____, desde ____/____/____, encontrando-se habilitado(a) ao exercício da medicina no Estado do Tocantins.

DECLARO, ainda, que:

- O profissional possui habilitação compatível com o objeto;
- Manterá vínculo profissional com a empresa durante a vigência contratual;
- Atende integralmente às exigências técnicas previstas no edital.

ACEITE DO PROFISSIONAL

Eu, _____, médico(a) inscrito(a) no CRM/TO sob nº. _____, **DECLARO** que:

- estou ciente da minha indicação para execução dos serviços médicos oftalmológicos especializados objeto do Credenciamento nº 001/2026-FMS;
- possuo disponibilidade para cumprimento das atividades, cronogramas, escalas, mutirões, atendimentos, procedimentos e demais demandas definidas pela Secretaria Municipal de Saúde;
- comprometo-me a exercer as atividades profissionais com observância integral das normas éticas, técnicas, sanitárias e legais aplicáveis ao exercício da medicina, bem como das disposições previstas no Edital, Termo de Referência e instrumento contratual;



- assumo responsabilidade técnica pelos atos profissionais praticados no âmbito da execução contratual, observadas as competências legalmente atribuídas à profissão médica.

2 - Dr(a)._____, médico(a) regularmente inscrito(a) junto ao Conselho Regional de Medicina do Estado do Tocantins sob nº. ____, desde __/__/____, encontrando-se habilitado(a) ao exercício da medicina no Estado do Tocantins.

DECLARO, ainda, que:

- o(a) profissional indicado(a) possui qualificação técnica compatível com os serviços médicos oftalmológicos especializados objeto do credenciamento;
- manterá vínculo profissional com a empresa durante toda a vigência contratual;
- possui disponibilidade técnica, operacional e de agenda para participação dos mutirões oftalmológicos, consultas, avaliações, procedimentos cirúrgicos e demais atendimentos correlatos;
- cumprirá integralmente as escalas, cronogramas, convocações e determinações operacionais estabelecidas pela Secretaria Municipal de Saúde;
- atenderá integralmente às exigências técnicas, operacionais, assistenciais e éticas previstas no Edital, Termo de Referência e instrumento contratual.

Cidade/UF, ____ de _____ de _____.

NOME / RAZÃO SOCIAL

CNPJ

Nome e assinatura do representante legal

NOME DO PROFISSIONAL

CPF

CRM/TO nº.____ e assinatura

Obs.: Documento meramente exemplificativo, devendo ser apresentado em papel timbrado, se houver.

ANEXO XIII – MINUTA DO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. ____/2026-FMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. ____/2026-FMS
EDITAL DE CREDENCIAMENTO/CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. ____/2026-FMS

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO COMPLEMENTAR DE SERVIÇOS MÉDICOS OFTALMOLÓGICOS PARA REALIZAÇÃO DE CIRURGIAS DE CATARATA E PTERÍGIO, EM REGIME DE MUTIRÃO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARIRI DO TOCANTINS/TO E A EMPRESA _____, NA FORMA ABAIXO.

O **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARIRI DO TOCANTINS/TO**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº **12.308.833/0001-01**, com sede à Rua Julieta Zeferina de Oliveira, s/nº, Centro, CEP 77.453-000, Cariri do Tocantins/TO, neste ato representado pela sua Gestora, **Sra. Maria Auxiliadora da Paixão Aires**, brasileira, viúva, servidora pública, portador do RG nº _____ SSP/TO e CPF nº _____, residente e domiciliado à _____, Cariri do Tocantins/TO, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa ********, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº ********, com sede à ****** _____ ******, neste ato representada por ****** _____ ****** (qualificação), doravante denominada **CONTRATADA/CREDENCIADA**, resolvem celebrar o presente contrato, com fundamento na **Lei Federal nº 14.133/2021**, no **Edital de Credenciamento nº XXX/2026 – FMS** e seus anexos, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL, REGIME DO CREDENCIAMENTO E VINCULAÇÃO AO EDITAL

1.1. O presente contrato decorre do **procedimento de credenciamento**, reconhecida a hipótese de **inexigibilidade**, nos termos do **art. 79, inciso I, da Lei nº 14.133/2021**, observadas as condições do **Edital de Credenciamento nº XXX/2026 – FMS**, seus anexos e atos de convocação/regulação.

1.2. Vinculam-se ao presente contrato, independentemente de transcrição:

I – o **Termo de Referência** e seus anexos;

II – o **Estudo Técnico Preliminar**;

III – o **Edital** e seus anexos (inclusive tabela de serviços/itens e regras de execução/medição);

IV – a **documentação de habilitação** da CONTRATADA/CREDENCIADA;

V – as **autorizações, convocações e atos de regulação** emitidos pelo CONTRATANTE no curso da execução.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. O presente contrato tem por objeto o **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS OFTALMOLÓGICOS PARA REALIZAÇÃO DE CIRURGIAS DE CATARATA E PTERÍGIO, EM REGIME DE MUTIRÃO, visando atender à demanda dos pacientes assistidos pelo Fundo Municipal de Saúde de Cariri do Tocantins/TO**, conforme condições, quantitativos, especificações e valores

estabelecidos no Edital de Credenciamento, Termo de Referência e demais documentos integrantes do processo administrativo.

2.2. A CONTRATADA/CREDENCIADA deverá manter em seu quadro profissionais legalmente habilitados para execução dos serviços contratados, com registro ativo junto ao Conselho Regional de Medicina – CRM, bem como Registro de Qualificação de Especialista – RQE em Oftalmologia, observadas as exigências previstas no Edital, Termo de Referência e demais normas pertinentes.

2.3. Estão compreendidos no objeto contratado todos os serviços necessários à adequada execução dos procedimentos oftalmológicos, incluindo consultas, triagens, avaliações clínicas e pré-operatórias, realização dos procedimentos cirúrgicos, fornecimento de equipe técnica especializada, acompanhamento pós-operatório e demais atos indispensáveis ao atendimento integral dos pacientes encaminhados pela rede municipal de saúde.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR, TABELA LEGAL E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. Os valores aplicáveis aos serviços credenciados serão aqueles definidos pela Administração Pública Municipal no Termo de Referência, Edital de Credenciamento e demais documentos integrantes do processo administrativo, observando-se os procedimentos oftalmológicos efetivamente contratados, compreendendo consultas, avaliações, triagens, cirurgias de catarata, cirurgias de pterígio e demais serviços correlatos vinculados à execução do mutirão oftalmológico.

3.2. Para fins de formalização do presente instrumento, fica estabelecido que o VALOR CONTRATUAL GLOBAL MÁXIMO corresponde à quantia de R\$ XX.XXX,XX (XXXXXXXXXXXX), calculado com base:

- I – nos quantitativos estimados de procedimentos oftalmológicos previstos pela Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde;
- II – na demanda reprimida identificada pela regulação municipal;
- III – na programação do mutirão oftalmológico; e
- IV – nos valores unitários definidos para cada procedimento constante do credenciamento.

3.2.1. O valor previsto no item 3.2 possui natureza meramente estimativa e representa limite máximo de execução financeira do contrato, não constituindo obrigação de consumo mínimo por parte da Administração Pública, tampouco garantindo à CONTRATADA/CREDENCIADA direito subjetivo à execução integral dos quantitativos estimados, ficando a realização dos procedimentos condicionada à necessidade administrativa, disponibilidade orçamentária, encaminhamento dos pacientes e regulação da Secretaria Municipal de Saúde.

3.3. O pagamento será realizado exclusivamente pelos serviços efetivamente executados e devidamente comprovados, mediante apresentação da documentação exigida pela fiscalização contratual, observando-se os quantitativos de procedimentos realizados.

3.4. Para fins de medição e pagamento, a CONTRATADA/CREDENCIADA deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal:

- I – relação nominal dos pacientes atendidos;
- II – relatórios dos procedimentos realizados;
- III – autorizações, encaminhamentos e documentos emitidos pela regulação municipal, quando aplicável;
- IV – registros médicos, prontuários e demais documentos comprobatórios da execução dos serviços;

V – comprovação da realização das consultas, avaliações pré-operatórias, procedimentos cirúrgicos e acompanhamentos pós-operatórios; e
VI – ateste do Fiscal do Contrato designado pela Administração.

3.5. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do ateste da documentação fiscal e técnica pelo Fiscal do Contrato, condicionado:

I – à efetiva comprovação da execução dos serviços;

II – à regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da CONTRATADA/CREDENCIADA; e

III – à observância dos procedimentos administrativos e financeiros do CONTRATANTE.

3.6. Estão incluídos nos valores contratados todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, incluindo tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, deslocamentos, alimentação, hospedagem, materiais, insumos, equipe técnica, despesas operacionais e quaisquer outros custos relacionados à prestação dos serviços, não cabendo pleito posterior de acréscimo financeiro, salvo hipóteses expressamente previstas em lei.

3.7. A Administração poderá realizar glosa total ou parcial dos valores apresentados quando constatada:

I – ausência de comprovação da execução dos serviços;

II – inconsistência documental;

III – execução em desacordo com o Termo de Referência, protocolos clínicos, regulação municipal ou determinações da fiscalização; ou

IV – qualquer irregularidade que comprometa a liquidação da despesa pública.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, compatível com as ações e programas de Atenção Primária, Atenção Prisional, Média e Alta Complexidade e demais classificações correlatas, devendo constar do processo o(s) respectivo(s) empenho(s), conforme classificação abaixo:

02.02.0150.10.302.0025.2114 – COORDENAÇÃO E REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE – MAC. NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA. ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.99.99 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA. FONTE DE RECURSO: 17103210000000 – TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DOS ESTADOS.

4.2. A emissão de empenho observará a disponibilidade orçamentária e financeira, bem como as regras de execução e de medição previstas no Edital/Termo de Referência.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA, PRORROGAÇÃO E EXECUÇÃO

5.1. O presente contrato terá vigência até o dia **31/12/2026**, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado mediante interesse da Administração Pública, observadas a conveniência administrativa, a continuidade do atendimento assistencial, a disponibilidade orçamentária e as disposições previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

5.2. A eventual prorrogação contratual ficará condicionada à:

I – demonstração da vantajosidade e do interesse público na continuidade da contratação;

II – manutenção da necessidade dos serviços oftalmológicos especializados;

III – comprovação da regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária e jurídica da CONTRATADA/CREDENCIADA;

IV – manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital de Credenciamento; e
V – avaliação satisfatória da execução contratual pela fiscalização do CONTRATANTE.

5.3. O contrato não poderá ser prorrogado caso a CONTRATADA/CREDENCIADA esteja submetida à penalidade de impedimento de licitar e contratar ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, observadas as abrangências e limitações legais da sanção aplicada.

5.4. Os procedimentos oftalmológicos deverão ser executados rigorosamente de acordo com as condições estabelecidas no Edital, Termo de Referência, protocolos clínicos aplicáveis, normas do Sistema Único de Saúde – SUS e demais diretrizes técnicas expedidas pela Secretaria Municipal de Saúde.

5.5. A CONTRATADA/CREDENCIADA não poderá executar procedimentos fora dos parâmetros autorizados pela Administração Pública, nem realizar atendimentos sem a devida regulação, encaminhamento ou autorização emitida pelo setor competente, quando exigível.

5.6. A extinção do contrato, por qualquer motivo, não prejudicará o direito ao pagamento dos serviços efetivamente executados, regularmente comprovados e devidamente atestados pela fiscalização contratual durante o período de vigência do instrumento.

CLÁUSULA SEXTA – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, LOCAIS, PADRÕES, VEDAÇÕES E COMUNICAÇÕES

6.1. A execução dos serviços médicos oftalmológicos objeto deste contrato ficará condicionada ao efetivo credenciamento da CONTRATADA/CREDENCIADA, à formalização do presente instrumento contratual e à emissão de encaminhamentos, cronogramas, autorizações, regulação e programação expedidos pela Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde, observadas as normas do Sistema Único de Saúde – SUS, protocolos clínicos, diretrizes assistenciais, normas sanitárias e demais regulamentações aplicáveis.

6.2. Os serviços poderão ser executados:

I – nas unidades de saúde, centros de atendimento, hospitais, estruturas temporárias de mutirão e demais locais definidos pelo CONTRATANTE; e/ou

II – nas instalações próprias da CONTRATADA/CREDENCIADA, desde que previamente autorizadas pela Secretaria Municipal de Saúde/FMS e que atendam integralmente às exigências sanitárias, técnicas, operacionais e de acessibilidade aplicáveis aos procedimentos oftalmológicos contratados.

6.3. A CONTRATADA/CREDENCIADA deverá assegurar que os serviços sejam executados em conformidade com os princípios da legalidade, eficiência, humanização, segurança do paciente e continuidade da assistência, observando rigorosamente:

I – os protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas aplicáveis;

II – as normas expedidas pelo Ministério da Saúde, Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, Conselho Federal de Medicina – CFM e Conselho Regional de Medicina – CRM;

III – os fluxos assistenciais e regulatórios definidos pela Secretaria Municipal de Saúde;

IV – as exigências relativas à biossegurança, esterilização, controle de infecção e rastreabilidade dos procedimentos realizados; e

V – a adequada elaboração, guarda e atualização dos prontuários, registros médicos e documentos assistenciais obrigatórios.

6.4. A CONTRATADA/CREDENCIADA responsabilizar-se-á integralmente pela qualidade técnica dos serviços prestados, pelos atos de seus profissionais, pela segurança dos pacientes atendidos e pelo fiel cumprimento das obrigações previstas neste contrato, no Edital e no Termo de Referência.

6.5. É expressamente vedado à CONTRATADA/CREDENCIADA:

I – realizar procedimentos ou atendimentos fora das condições, fluxos e locais previamente autorizados pela Administração Pública;

II – transferir, ceder ou subcontratar, total ou parcialmente, os serviços objeto do presente contrato sem autorização formal do CONTRATANTE;

III – realizar qualquer cobrança direta ou indireta aos usuários do SUS, sob qualquer fundamento, incluindo taxas, complementações financeiras, cobranças de materiais, medicamentos, honorários, diferenças de valores ou quaisquer vantagens financeiras;

IV – executar serviços em desconformidade com os protocolos clínicos, normas sanitárias e determinações da Secretaria Municipal de Saúde;

V – descumprir cronogramas, agendas, escalas, encaminhamentos, convocações ou programação assistencial definida pelo CONTRATANTE; e

VI – utilizar profissionais sem habilitação legal, registro profissional regular ou qualificação técnica compatível com os serviços contratados.

6.6. A CONTRATADA/CREDENCIADA deverá comunicar imediatamente e formalmente à fiscalização do CONTRATANTE qualquer ocorrência que possa comprometer a execução contratual, a continuidade da assistência, a segurança dos pacientes, a qualidade dos serviços prestados ou o cumprimento da programação do mutirão oftalmológico.

6.7. O CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, promover inspeções, diligências, auditorias e verificações técnicas nos locais de execução dos serviços, inclusive para fins de acompanhamento da qualidade assistencial, controle sanitário, fiscalização contratual e validação dos procedimentos realizados.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA/CREDENCIADA

7.1. Executar integralmente os serviços médicos oftalmológicos contratados, em conformidade com as condições estabelecidas no Edital de Credenciamento, Termo de Referência, proposta apresentada, protocolos clínicos aplicáveis, normas do Sistema Único de Saúde – SUS e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

7.2. Arcar integralmente com todas as despesas necessárias à perfeita execução do objeto contratual, incluindo mão de obra especializada, equipe técnica, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, deslocamentos, alimentação, hospedagem, materiais, equipamentos, insumos, medicamentos, custos operacionais e quaisquer outras despesas decorrentes da prestação dos serviços.

7.3. Executar os serviços com observância aos princípios da eficiência, segurança do paciente, qualidade assistencial, ética médica e humanização do atendimento, responsabilizando-se integralmente por falhas, erros, omissões, imperícias, negligências, imprudências ou irregularidades verificadas durante a execução contratual.

7.4. Responsabilizar-se pelos danos causados à Administração Pública, aos usuários do SUS ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão de seus profissionais, empregados, prepostos ou

colaboradores vinculados à execução dos serviços, respondendo civil, administrativa e penalmente, quando cabível.

7.5. Submeter-se integralmente à fiscalização, ao controle, à regulação, à auditoria e às avaliações promovidas pelo CONTRATANTE, pelos órgãos de controle interno e externo e pelo Sistema Único de Saúde – SUS, prestando todos os esclarecimentos e apresentando os documentos e informações solicitados sempre que requisitado.

7.6. Manter, durante toda a vigência contratual, todas as condições de habilitação jurídica, técnica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e de qualificação profissional exigidas no processo de credenciamento, promovendo a imediata atualização de certidões e documentos vencidos.

7.7. Garantir que os profissionais responsáveis pela execução dos serviços possuam registro ativo e regular perante o Conselho Regional de Medicina – CRM, bem como Registro de Qualificação de Especialista – RQE em Oftalmologia, quando exigível, mantendo toda a documentação regular durante a execução do contrato.

7.8. Assegurar a disponibilidade integral da equipe técnica necessária ao cumprimento da programação do mutirão oftalmológico, observando cronogramas, agendas, encaminhamentos, convocações e quantitativos definidos pela Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde, sendo vedada substituição de profissionais sem prévia autorização do CONTRATANTE.

7.9. Realizar adequadamente todos os registros médicos e assistenciais decorrentes da execução dos serviços, incluindo prontuários, prescrições, laudos, solicitações, encaminhamentos, relatórios cirúrgicos, evoluções clínicas, documentos pós-operatórios e demais registros obrigatórios, garantindo rastreabilidade, integridade e segurança das informações.

7.10. Apresentar relatórios de produção, documentos comprobatórios e demais registros exigidos pela fiscalização contratual para fins de acompanhamento, controle, auditoria, medição e pagamento dos serviços executados.

7.11. Observar rigorosamente o dever de sigilo profissional e confidencialidade das informações dos pacientes e usuários do SUS, cumprindo integralmente a legislação aplicável, especialmente a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei Federal nº 13.709/2018), adotando medidas técnicas e administrativas aptas à proteção dos dados pessoais e sensíveis tratados durante a execução contratual.

7.12. É expressamente vedado à CONTRATADA/CREDENCIADA realizar qualquer tipo de cobrança direta ou indireta aos usuários do SUS pelos serviços objeto deste contrato, inclusive taxas, complementações, diferenças de valores, materiais, medicamentos, honorários ou quaisquer vantagens financeiras, sob pena de aplicação das sanções administrativas cabíveis, rescisão contratual e descredenciamento, sem prejuízo das demais responsabilizações legais.

7.13. Nos casos de ausência, impedimento ou necessidade de substituição de profissional vinculado à execução contratual, a CONTRATADA/CREDENCIADA somente poderá promover substituição mediante prévia autorização formal do CONTRATANTE, acompanhada da apresentação integral da documentação comprobatória da habilitação e qualificação técnica do substituto, permanecendo integralmente responsável pelos serviços executados.

7.14. Cumprir integralmente os atos normativos, protocolos, fluxos assistenciais, regulamentos e instruções operacionais expedidos pela Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde, inclusive quanto à participação em treinamentos, reuniões técnicas, capacitações e alinhamentos operacionais relacionados à execução do objeto contratado.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (FMS/SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE)

8.1. Compete ao CONTRATANTE organizar, coordenar, regular, supervisionar e fiscalizar a execução dos serviços médicos oftalmológicos objeto do presente contrato, observando os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS, bem como as disposições constantes no Edital, Termo de Referência e demais normas aplicáveis.

8.2. Planejar e definir os fluxos assistenciais, cronogramas, agendas, encaminhamentos, quantitativos estimados, programação do mutirão oftalmológico e demais procedimentos necessários à adequada execução dos serviços contratados.

8.3. Realizar a regulação, autorização e encaminhamento dos pacientes que serão atendidos pela CONTRATADA/CREDENCIADA, observando critérios técnicos, assistenciais e administrativos definidos pela Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde.

8.4. Designar formalmente gestor e fiscal do contrato, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, competindo-lhes acompanhar, monitorar, fiscalizar, conferir documentos, emitir relatórios, promover glosas quando cabíveis e atestar a execução dos serviços para fins de pagamento.

8.5. Prestar à CONTRATADA/CREDENCIADA as informações, orientações, documentos e esclarecimentos necessários à adequada execução contratual, especialmente quanto aos protocolos clínicos, fluxos regulatórios, diretrizes assistenciais e procedimentos administrativos aplicáveis.

8.6. Efetuar os pagamentos devidos pelos serviços efetivamente executados e regularmente comprovados, após apresentação da documentação exigida, validação da produção assistencial e ateste do Fiscal do Contrato, observadas as condições previstas neste instrumento.

8.7. Notificar formalmente a CONTRATADA/CREDENCIADA acerca de irregularidades, falhas, inconsistências, descumprimentos contratuais ou inadequações verificadas durante a execução dos serviços, fixando prazo para saneamento quando cabível e adotando as medidas administrativas e contratuais pertinentes.

8.8. Sempre que aplicável e necessário à execução do objeto, disponibilizar a estrutura pública sob sua responsabilidade, compreendendo instalações, fluxos operacionais, sistemas, prontuários, regulação, apoio administrativo e demais recursos institucionais indispensáveis à realização dos atendimentos e procedimentos oftalmológicos, sem prejuízo das obrigações específicas atribuídas à CONTRATADA/CREDENCIADA.

8.9. Promover o acompanhamento e a avaliação contínua da execução contratual, podendo realizar auditorias, inspeções, diligências, conferências documentais e avaliações técnicas destinadas à verificação da qualidade assistencial, regularidade dos procedimentos realizados e conformidade da execução contratual.

8.10. Aplicar as sanções administrativas cabíveis nos casos de descumprimento contratual, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA NONA – DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO E TRANSFERÊNCIA

9.1. É expressamente vedada a cessão, transferência ou subcontratação total do objeto contratado, bem como a transferência das obrigações assumidas neste instrumento sem prévia e formal autorização do CONTRATANTE.

9.2. A CONTRATADA/CREDENCIADA permanecerá integralmente responsável pela execução dos serviços médicos oftalmológicos contratados, não podendo transferir a terceiros a responsabilidade técnica, operacional, assistencial ou administrativa decorrente do presente contrato.

9.3. A eventual substituição de profissional por motivo de ausência, impedimento legal, afastamento temporário ou necessidade operacional não será considerada subcontratação, desde que:

I – haja prévia autorização formal do CONTRATANTE;

II – o profissional substituto possua qualificação técnica compatível com os serviços contratados;

III – sejam apresentados os documentos comprobatórios de habilitação profissional, incluindo registro ativo no Conselho Regional de Medicina – CRM e Registro de Qualificação de Especialista – RQE em Oftalmologia, quando exigível; e

IV – sejam mantidas integralmente as condições técnicas, assistenciais e operacionais inicialmente pactuadas.

9.4. Mesmo nas hipóteses de substituição autorizada de profissionais, a CONTRATADA/CREDENCIADA continuará integralmente responsável pela execução dos serviços, pela qualidade assistencial, pelos atos praticados pelos profissionais indicados e pelo cumprimento de todas as obrigações contratuais.

9.5. Qualquer hipótese excepcional de subcontratação parcial, quando expressamente admitida no Edital ou Termo de Referência, dependerá de autorização prévia e expressa do CONTRATANTE, sendo vedada quando comprometer:

I – a rastreabilidade dos procedimentos realizados;

II – o controle assistencial e regulatório;

III – a fiscalização contratual;

IV – a segurança dos pacientes; ou

V – a responsabilidade técnica pela execução dos serviços oftalmológicos contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

10.1. Nos termos do art. 117, caput, §§1º, 2º e 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021, a execução do presente contrato será acompanhada, controlada e fiscalizada por representantes formalmente designados pela Administração Pública, competindo-lhes promover o acompanhamento sistemático da execução contratual, verificar o fiel cumprimento das obrigações pactuadas, avaliar a qualidade dos serviços prestados, conferir documentos, relatórios e registros assistenciais, realizar medições, promover eventuais glosas, emitir atestes para fins de pagamento e adotar as providências administrativas necessárias à adequada execução do ajuste.

10.2. Para fins de cumprimento das disposições previstas no art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, o CONTRATANTE designa:

- **Sr.(a) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, Matrícula nº **XXXXXXXXXXXXXXX**, como **FISCAL DO CONTRATO**, responsável pelo acompanhamento técnico da execução contratual, conferência da documentação comprobatória, fiscalização da prestação dos serviços oftalmológicos, validação dos procedimentos executados e emissão dos respectivos atestes;
- **Sr.(a) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, Matrícula nº **XXXXXXXXXXXXXXX**, como **GESTOR DO CONTRATO**, responsável pela coordenação administrativa do ajuste, controle da vigência contratual, acompanhamento da execução global do contrato, adoção de providências administrativas pertinentes e interlocução formal com a CONTRATADA/CREDENCIADA.

10.3. O Fiscal e o Gestor do Contrato exercerão suas atribuições em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, podendo solicitar documentos, esclarecimentos, registros assistenciais, relatórios técnicos e demais informações necessárias ao adequado acompanhamento da execução contratual.

10.4. A substituição do Fiscal ou do Gestor do Contrato poderá ocorrer a qualquer tempo, mediante ato formal da autoridade competente, independentemente de celebração de termo aditivo, permanecendo válidos os atos regularmente praticados até a data da respectiva substituição.

10.5. Verificada qualquer irregularidade na execução dos serviços, o Fiscal do Contrato comunicará formalmente ao Gestor do Contrato para adoção das providências cabíveis, podendo o CONTRATANTE determinar correções, complementações, adequações operacionais ou saneamento de inconsistências em prazo razoável, sem prejuízo da aplicação das medidas administrativas, contratuais e legais pertinentes.

10.6. Persistindo irregularidades, descumprimentos contratuais, falhas assistenciais, inconsistências documentais ou execução em desacordo com o Termo de Referência, Edital, protocolos clínicos e normas aplicáveis, poderá o CONTRATANTE adotar as medidas cabíveis, inclusive aplicação de penalidades administrativas, suspensão de encaminhamentos, glosa de valores, rescisão contratual e descredenciamento, observados o contraditório e a ampla defesa.

10.7. O Fiscal do Contrato deverá comunicar ao Gestor, com antecedência compatível, o encerramento da vigência contratual, a necessidade de prorrogação, eventual discontinuidade do serviço ou quaisquer fatos relevantes relacionados à execução contratual, visando à adoção tempestiva das providências administrativas necessárias.

10.8. A fiscalização exercida pela Administração Pública não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA/CREDENCIADA pela execução integral do objeto contratado, tampouco afasta sua responsabilidade civil, administrativa, ética ou penal perante terceiros, usuários do SUS ou órgãos de controle, em razão de falhas, danos, irregularidades ou inadequações verificadas na prestação dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Aplicam-se à CONTRATADA/CREDENCIADA as sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e no Edital, observados contraditório e ampla defesa, inclusive advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade, sem prejuízo de descredenciamento e responsabilizações cabíveis.

11.2. A dosimetria, hipóteses e percentuais de multa observarão o Edital e a regulamentação municipal aplicável, bem como a gravidade do fato, reiteração, danos e demais circunstâncias relevantes.

11.3. As sanções administrativas poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, observados os princípios da proporcionalidade, razoabilidade e motivação administrativa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO DESCREDENCIAMENTO E DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. A CONTRATADA/CREDENCIADA poderá solicitar seu credenciamento a qualquer tempo, mediante comunicação formal e escrita ao CONTRATANTE, com antecedência mínima de **30 (trinta) dias**, permanecendo obrigada à continuidade da execução dos serviços durante o período necessário à transição administrativa e à garantia da continuidade da assistência aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, salvo hipótese de caso fortuito ou força maior devidamente comprovada e aceita pela Administração Pública.

12.2. O presente contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas nos arts. 137 e 138 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como nas demais hipóteses previstas no Edital de Credenciamento, Termo de Referência e neste instrumento contratual, assegurados o contraditório, a ampla defesa e o devido processo legal, quando cabíveis.

12.3. A Administração Pública poderá promover o credenciamento da CONTRATADA/CREDENCIADA e a consequente extinção contratual sempre que constatada situação que comprometa a regularidade, a qualidade, a continuidade, a segurança ou a legalidade da prestação dos serviços médicos oftalmológicos contratados.

12.4. Constituem hipóteses relevantes para credenciamento e extinção contratual, sem prejuízo de outras previstas na legislação aplicável:

I – realização de cobrança direta ou indireta aos usuários do SUS;

II – descumprimento injustificado de cronogramas, agendas, encaminhamentos, convocações ou programação do mutirão oftalmológico;

III – execução de serviços sem comprovação documental adequada;

IV – irregularidade profissional relacionada ao registro no Conselho Regional de Medicina – CRM ou ao Registro de Qualificação de Especialista – RQE, quando exigível;

V – perda das condições de habilitação jurídica, técnica, fiscal, trabalhista ou econômico-financeira;

VI – falhas graves na execução dos serviços assistenciais;

VII – prática de condutas incompatíveis com os princípios da Administração Pública, com a ética médica ou com as normas do Sistema Único de Saúde – SUS;

VIII – descumprimento reiterado das determinações da fiscalização contratual;

IX – apresentação de documentos falsos ou informações inverídicas;

X – recusa injustificada na execução dos serviços contratados; e

XI – ocorrência de reiteradas irregularidades ou não conformidades na prestação dos serviços.

12.5. Nos casos em que a extinção contratual possa comprometer a continuidade da assistência à saúde ou causar prejuízo ao atendimento dos usuários do SUS, poderá o CONTRATANTE adotar medidas administrativas necessárias à continuidade do serviço público essencial, inclusive manutenção temporária da execução até a conclusão de transição administrativa devidamente justificada.

12.6. A extinção contratual não prejudicará:

I – a apuração de responsabilidades decorrentes da execução contratual;

II – a aplicação das sanções administrativas cabíveis;

III – o dever de reparação de danos eventualmente causados; e

IV – o pagamento dos serviços regularmente executados, comprovados e devidamente atestados pela fiscalização contratual até a data da efetiva extinção do ajuste.

12.7. Encerrada a relação contratual, a CONTRATADA/CREDENCIADA deverá disponibilizar ao CONTRATANTE, sempre que solicitado, os prontuários, registros assistenciais, relatórios e demais documentos vinculados aos atendimentos realizados no âmbito do presente contrato, observadas as normas legais relativas ao sigilo profissional e à proteção de dados pessoais.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS ENCARGOS, TRIBUTOS E RESPONSABILIDADES

13.1. Serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA/CREDENCIADA os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução, inexistindo vínculo empregatício entre o Município e o(s) profissional(is) indicado(s).

13.2. A CONTRATADA/CREDENCIADA responde por danos materiais e pessoais causados a usuários, à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua atuação, obrigando-se a ressarcir prejuízos quando caracterizada culpa ou dolo, sem prejuízo de outras responsabilizações cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO SIGILO, PROTEÇÃO DE DADOS E CONDUTA ÉTICA

14.1. A CONTRATADA/CREDENCIADA deverá assegurar absoluto sigilo profissional, confidencialidade e proteção das informações, documentos, prontuários, exames, registros médicos e dados pessoais dos pacientes atendidos no âmbito do presente contrato, observando integralmente a legislação aplicável, especialmente a Lei Federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o Código de Ética Médica, as normas do Sistema Único de Saúde – SUS e demais regulamentações pertinentes.

14.2. A CONTRATADA/CREDENCIADA responsabilizar-se-á integralmente pela adoção de medidas técnicas, administrativas e operacionais adequadas à proteção dos dados pessoais e dados sensíveis tratados durante a execução contratual, prevenindo acessos não autorizados, vazamentos, perdas, divulgações indevidas, compartilhamentos irregulares ou quaisquer formas de tratamento inadequado das informações dos usuários do SUS.

14.3. Eventuais incidentes de segurança, vazamentos de dados, acessos indevidos ou utilizações inadequadas de informações relacionadas aos pacientes deverão ser imediatamente comunicados ao CONTRATANTE, sem prejuízo das responsabilizações administrativas, civis, éticas e penais cabíveis, quando constatada culpa ou responsabilidade da CONTRATADA/CREDENCIADA, de seus profissionais, empregados, prepostos ou colaboradores.

14.4. A CONTRATADA/CREDENCIADA deverá assegurar que todos os profissionais envolvidos na execução dos serviços mantenham compromisso formal de confidencialidade e observem rigorosamente os deveres éticos inerentes ao exercício da atividade médica e à prestação de serviços públicos de saúde.

14.5. O atendimento aos usuários do SUS deverá ser realizado com observância aos princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade, eficiência, humanização, dignidade da pessoa humana, ética profissional e respeito aos direitos dos pacientes, sendo expressamente vedadas:

I – práticas discriminatórias de qualquer natureza;

- II – tratamento desrespeitoso, vexatório ou incompatível com a dignidade do usuário;
- III – favorecimentos indevidos;
- IV – utilização inadequada de informações dos pacientes; e
- V – quaisquer condutas incompatíveis com os princípios do Sistema Único de Saúde – SUS e da Administração Pública.

14.6. A violação das obrigações previstas nesta cláusula poderá ensejar aplicação das sanções administrativas cabíveis, rescisão contratual, descredenciamento e responsabilização civil, administrativa, ética e penal da CONTRATADA/CREDENCIADA e dos profissionais envolvidos, na forma da legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Integram o presente contrato, para todos os fins de direito, independentemente de transcrição:

- I – o Edital de Credenciamento e seus anexos;
- II – o Termo de Referência;
- III – a proposta e documentação apresentada pela CONTRATADA/CREDENCIADA;
- IV – os atos administrativos praticados no âmbito do processo de credenciamento; e
- V – as instruções normativas, protocolos, regulamentos, fluxos assistenciais e atos operacionais expedidos pela Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde relacionados à organização, regulação, fiscalização, auditoria, controle e execução dos serviços contratados, desde que não promovam alteração da essência do objeto pactuado nem afrontem as disposições legais aplicáveis.

15.2. A CONTRATADA/CREDENCIADA deverá manter representante ou preposto formalmente indicado para interlocução junto ao CONTRATANTE, sempre que exigido pela Administração Pública, responsabilizando-se pelo recebimento de notificações, cumprimento de determinações administrativas, atendimento às solicitações da fiscalização contratual e adoção das providências necessárias à regular execução dos serviços.

15.3. As comunicações oficiais entre as partes poderão ocorrer por meio físico ou eletrônico, inclusive mediante utilização de e-mail institucional, sistemas administrativos, notificações formais e demais meios admitidos pela Administração Pública, presumindo-se válidas após o respectivo recebimento ou comprovação de envio.

15.4. A eventual tolerância de uma das partes quanto ao descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições previstas neste contrato não importará em novação, renúncia ou alteração contratual, permanecendo íntegros todos os direitos e obrigações pactuados.

15.5. Os casos omissos e as situações não previstas neste instrumento serão resolvidos pela Administração Pública com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, na legislação aplicável ao Sistema Único de Saúde – SUS, nos princípios da Administração Pública e nas demais normas pertinentes à matéria.

15.6. A nulidade ou invalidade de qualquer cláusula contratual não prejudicará as demais disposições deste instrumento, permanecendo válidas e eficazes todas as cláusulas que não forem diretamente atingidas pela eventual declaração de nulidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Gurupi/TO, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir controvérsias decorrentes deste contrato.

E, por estarem justas e contratadas, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual teor.

Cariri do Tocantins/TO, ____ de _____ de ____.

MARIA AUXILIADORA DA PAIXÃO AIRES
Gestora do Fundo Municipal de Saúde – CONTRATANTE
Decreto nº. 081/2026

Responsável Legal
CONTRATADA/CREDENCIADA
CNPJ nº. _____

TESTEMUNHAS:

1. _____ CPF: _____
2. _____ CPF: _____